

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

KLEBER DE MASCARENHAS NAVAS

TRAVESTILIDADES:

**TRAJETÓRIAS DE VIDAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS DE TRAVESTIS
COMO CONSTRUÇÃO DE SOCIABILIDADE**

Mestrado em Serviço Social

São Paulo

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

KLEBER DE MASCARENHAS NAVAS

TRAVESTILIDADES:

**TRAJETÓRIAS DE VIDAS, LUTAS E RESISTÊNCIAS COMO
CONSTRUÇÃO DE SOCIABILIDADE**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli.

SÃO PAULO

2011

BANCA EXAMINADORA

Agradecimentos

Aos meus pais, Luzinete Mascarenhas Navas e Mauro Giraldelli Navas, pelo amor e apoio incondicional. Pai, mãe, obrigado é pouco!!!

Aos meus irmãos Kátia Mascarenhas Navas, Vinicius Mascarenhas Navas e meu sobrinho Mateus Navas.

A toda minha família, meus primos Carlos Navas e Renan Bressan, minha tia Inês.

Ao Henrique Scatulini, pela amizade que fica, pela força durante todo esse tempo e até mesmo pelos sonhos não realizados.

Às amigas e colegas de trabalho, Lucimara Benatti e Lesliane Caputi, que, com sua competência e compromisso, representam exemplos de profissionais.

À minha querida amiga Maria Cristina de Souza, culpada pelo meu ingresso na vida acadêmica, pelo incentivo ao mestrado na PUC-SP e por nossas deliciosas conversas intermináveis.

Às amigas queridas de militância LGBT, Bruna Irineu, Cecília Froeming, Luciana Monteiro e Fernando Pocahy.

A todos meus amigos, “filhos” da PUC, mestrandos e doutorandos, em especial, a Fernanda Carriel, pela amizade e grande admiração do seu compromisso com a militância da categoria profissional.

A minha amiga Marciana Ártico pela amizade sincera e pelo companheirismo.

A todos os meus amigos pela compreensão das minhas ausências.

A Larissa Pelúcio, pela contribuição glamourosa, para além das bancas de qualificação de defesa.

À minha queridíssima orientadora Maria Lúcia Martinelli, que, de forma afetuosa, conduziu as orientações com muita sabedoria, acreditando e me apoiando sempre.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.

A Vânia, da Secretaria de Pós-Graduação em Serviço Social.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento do projeto de pesquisa.

E, por último, mas não menos importante, às sujeitas da minha pesquisa, que me ensinaram e me fizeram refletir sobre várias questões cotidianas da minha vida pessoal e profissional.

RESUMO

Esta dissertação objetiva realizar uma aproximação com as experiências de vida de travestis, de forma localizada e situacional, no sentido de contribuir e ampliar os problemas para o campo do Serviço Social na intersecção com as questões de direitos humanos, gênero, identidade de gênero, e sexualidade, dentre outros. No primeiro capítulo, busca-se perpassar pela reflexão sobre as categorias sexualidade, gênero e diversidade sexual, ressaltando os desafios e conquistas do movimento LGBT na atualidade, e de como o Serviço Social se insere nessa luta. No capítulo 2 apresenta-se a pesquisa realizada com três sujeitas, utilizando-se da metodologia de história oral, abordando questões referentes a aspectos do cotidiano, levando em consideração sua construção de sujeito em relação às variadas práticas de preconceito e violações de direitos. O enfrentamento do cotidiano, bem como as múltiplas formas de violência, pela via da resistência, coloca uma questão e um desafio de como mobilizar os sujeitos para enfrentar as dificuldades por essa via, e não pelo sofrimento.

Palavras-chave: Travestilidades, Cotidiano, Sociabilidade, Serviço Social.

SUMMARY

This dissertation aims at a rapprochement with the life experiences of transvestites, so localized and situational, in order to contribute to the problems and expand the field of Social Work at the intersection with issues of human rights, gender, gender identity, and sexuality, among others. The first chapter seeks to pervade the thinking about the categories sexuality, gender and sexual diversity, highlighting the challenges and achievements of the LGBT movement today, and how social work fits in this fight. In Chapter 2 presents a survey of three subject, using the methodology of oral history, addressing issues relating to aspects of everyday life, taking into consideration their construction of the subject in relation to the varying practices of prejudice and rights violations. The confrontation of daily life, as well as the multiple forms of violence, by the resistance, poses a question and a challenge of how to mobilize individuals to face the difficulties in this way, and not suffering.

Keywords: Travestilities, Daily, Sociability, Social Work

Lista de fotos

Foto 1	Ísis	66
Foto 2	Yara	67
Foto 3	Patrícia	68

Lista de siglas

Aids: do inglês *Acquired Immunodeficiency Syndrome* ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ABGLT: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

BSB: Brasil Sem Homofobia

Cfess: Conselho Federal do Serviço Social

CID: Código Internacional de Doenças

CRAS: Centro de Referência da Assistência Social

Cress: Conselho Regional de Serviço Social

DST: Doença Sexualmente Transmissível

EBHO: Encontro Brasileiro de Homossexuais

EGHO: Encontro de Grupos Homossexuais Organizados

Galf: Grupo de Ação Lésbico-Feminista

GGB: Grupo Gay da Bahia

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

OMS: Organização Mundial de Saúde

ONG: Organização Não Governamental

PLC: Projeto de Lei Complementar

PPA: Plano Plurianual

USP: Universidade de São Paulo

SRS: do inglês *sex reassignment surgery* ou cirurgia de redesignação sexual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. Sexualidade, Homossexualidade e Diversidade Sexual	14
1.1 A Importância da Discussão de Gênero	19
1.2 O Preconceito e a Discriminação a partir da Heteronormatividade	26
1.3 Política Queer	32
1.4 Do Movimento Homossexual ao LGBT	34
1.5 Movimento Homossexual	36
1.6 Diversidade Sexual na Pauta das Políticas Públicas: Entre Reivindicações, Conquistas e Desafios	47
1.7 Serviço Social, Direitos Humanos e Diversidade Sexual: Um Diálogo Necessário	54
CAPÍTULO 2. Travestilidade: Corpo, Gênero e Sexualidade	61
2.1 Considerações Metodológicas	61
2.2 Travestilidade: “Ta Pensando que Travesti É Bagunça?”	63
2.3 Caracterização das Sujeitas	65
2.4 Travestilidades e Trajetórias de Vidas	69
2.4.1 O denominar-se travesti-transexual	69
2.5 Transformação do Corpo	73
2.6 Experiências de Trabalho	77
2.7 Tempo e Espaço	80
2.8 Relação com a Rede Social	82
2.8.1 Família	82
2.8.2 Vizinhos	84
2.8.3 Amigos	84
2.8.4 Relacionamentos Afetivos no Bairro	85
2.8.5 Colegas de Trabalho	85
2.8.6 O Trajeto de Casa para o Trabalho	86
2.9 De cara com o preconceito e a discriminação: a recusa de um cotidiano de violência	87
2.10 Nome Social	94

2.11 Lazer	94
2.12 As Paradas: Espaço de Festas e Resistências	95
2.13 Organização Política	96
2.14 Políticas Públicas	97
2.15 Atendimento por ONGs	98
2.16 Saúde	99
2.17 Educação	99
2.18 Assistência Social e o Contato com o Profissional de Serviço Social	100
2.19 Segurança Pública	101
2.20 Projetos de Futuro	102
2.20.1 Projetos de Vida para daqui a Cinco, Dez Anos e como Encaram a Velhice	102
 REFERÊNCIAS	 105
 ANEXOS	 111

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto a análise das trajetórias de vida, lutas e resistências de travestis como construção de sociabilidade, com o objetivo de conhecer o cotidiano dessas sujeitas¹, bem como os enfrentamentos diante das limitações impostas pela sociedade heteronormativa, e como se dá o processo de construção de cidadania.

O interesse pela temática surgiu a partir da minha experiência profissional enquanto assistente social no Centro de Referência em Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais durante o ano de 2007 na cidade de São José do Rio Preto-SP.

A sexualidade humana tem sido, historicamente, pautada num processo de polarização sexual, estabelecendo referências opostas, valorizando os discursos binários, portanto, sendo compreendida como um dispositivo histórico de poder que, através de saberes e práticas sociais, busca ordenar os corpos e os desejos em detrimento da inserção da temática da sexualidade nos campos social e político.

Analisamos, nesta pesquisa, a forma como o Estado se apropria do discurso sobre o sexo, fazendo com que este se torne objeto de disputa com o indivíduo, e de como a ciência moderna aparece para sustentar a ordem burguesa utilizando-se de discursos capazes de regular os papéis e comportamentos sexuais, colocando a heterossexualidade burguesa como “natural” e, em contrapartida, a homossexualidade como crime ou pecado.

Utilizamos como referencial teórico estudos que contribuem para que o comportamento humano seja concebido para além das categorias dicotômicas de homossexualidade e heterossexualidade, permitindo encarar a sexualidade humana sob novas reflexões acerca dos papéis sexuais em nossa sociedade.

A categoria heteronormatividade é utilizada neste trabalho, tomando como referência a forma como a heterossexualidade se apresenta como norma, ou seja, demarcando, dentro de seus parâmetros, o campo da normalidade. A

¹ No decorrer da exposição, o termo “sujeita” será utilizado como forma de apoiar politicamente as lutas de valorização do gênero feminino desse segmento.

heteronormatividade faz inclusive com que o segmento LGBT seja induzido a adotar a heterossexualidade como modelo, “seguindo a estética de gênero dominante, ou seja, *gays* masculinos e *lésbicas* femininas” (MISKOLCI, 2011: 55).

Em uma sociedade heteronormativa, a homossexualidade se apresenta como subversão ao modelo vigente, ficando os homossexuais invisíveis e estigmatizados socialmente, indicando a aceitação de apenas uma prática sexual correta.

Homossexualidade e heterossexualidade fazem parte de um mesmo sistema onde aparecem hierarquizados, sendo que a segunda precisa da primeira como limite, como campo do abjeto. Portanto, fica explícito que a heteronormatividade não aceita os desejos, as vivências que rompem com seu modelo.

A temática da sexualidade vem crescendo em vários campos, inclusive no Serviço Social, em trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses, porém ainda requer ampla discussão.

Sabe-se que a incompreensão sobre identidade de gênero (seu devido valor na sexualidade humana e possíveis expressões vivenciadas a partir de seu estabelecimento), tem ocasionado violento processo de discriminação de travestis.

O lugar social reservado para os que transpõem os limites das referências heteronormativas é o do desconhecimento, discriminação e exclusão, e as travestis podem ser consideradas as principais protagonistas desse processo, pois têm a vivência prática da desconstrução dessa normativa.

Por se tratarem de temas transversais e interdisciplinares, portanto não exclusivos de uma área apenas, gênero, sexualidade e direitos humanos se inserem também nas pautas de discussão do Serviço Social.

O Serviço Social pode contribuir como interlocutor dessas sujeitas, a partir do seu Projeto Ético-Político Profissional, pela construção de um Estado democrático e de direito responsável pelas políticas sociais e, por conseguinte, com o direito de todos, o que inclui a diversidade sexual.

A pesquisa foi realizada no Município de São José do Rio Preto (SP), por meio da metodologia de história oral, sendo entrevistadas três voluntárias.

A aproximação aconteceu através da internet pelo *site* de relacionamentos e redes sociais chamado Orkut. A partir daí, o contato se estendeu a princípio para o MSN e posteriormente a contatos telefônicos.

Ressalta-se que o número de sujeitas não é representativo, porém, se caracteriza apenas como uma aproximação com experiências de vidas localizadas e situacionais, que contribuirão para ampliar os problemas para o campo do Serviço Social na intersecção com as questões de direitos humanos, gênero, identidade de gênero, sexualidade e políticas públicas.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a reflexão da problemática acerca do cotidiano dessas sujeitas, proporcionando mais visibilidade às suas lutas.

O trabalho está dividido em dois capítulos. No capítulo 1, nossas reflexões centram-se na sexualidade e na forma como é apropriada por saberes e discursos que afastam a possibilidade de pensá-la como construto histórico e social. Discute-se, ainda, a categoria gênero e a forma como a sociedade heteronormativa, através da homofobia, realiza com êxito seu projeto de constituição da abjeção, desumanizando e desqualificando o outro, e, por outro lado, as lutas e reivindicações do movimento homossexual ao LGBT, até a construção de políticas públicas direcionadas a esse segmento. Pontuam-se também a aproximação e contribuição do Serviço Social com a temática.

No capítulo 2 busca-se refletir sobre os fatos mais próximos do cotidiano das sujeitas e que repercutem diretamente em suas vidas, desde seu reconhecimento como travesti, o processo de transformação do corpo, o acesso a políticas públicas, o enfrentamento do preconceito e discriminação, a relação com a rede social, dentre outros, destacando o enfrentamento de múltiplas formas de violência pela via da resistência e não pelo sofrimento.

CAPÍTULO 1. Sexualidade, Homossexualidade e Diversidade Sexual

É d'Oxum

*Nessa cidade todo mundo é d'Oxum
 Homem, menino, menina, mulher
 Toda a cidade irradia magia
 Presente na água doce
 Presente na água salgada
 E toda a cidade brilha
 Seja tenente ou filho de pescador
 Ou importante desembargador
 Se der presente é tudo uma coisa só
 A força que mora n'água
 Não faz distinção de cor
 E toda a cidade é d'Oxum
 É d'Oxum
 É d'Oxum
 Eu vou navegar
 Eu vou navegar nas ondas do mar
 Eu vou navegar nas ondas do mar*

A música² acima, apresentada na forma de uma epígrafe, reverenciada pelo candomblé, cultura e religião de resistência, é retrato de como elementos da natureza abarcam a diversidade, seja ela qual for, e presente onde quer que seja, como na própria letra está explícito. A partir dela, iniciamos nossa viagem pelos caminhos da história da sexualidade humana, com o foco na homossexualidade, para compreender a diversidade sexual e a produção das diferenças.

Historicamente, a sexualidade humana sofreu árduo processo de polarização sexual, que estabeleceu referências opostas: masculino x feminino,

² Obra de Gerônimo Santana e Vevé Calazans. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/elba-ramalho/250671/>>. Acesso em: 4 fev. 2011.

homem x mulher, macho x fêmea, valorizando os discursos binários em detrimento da inserção da temática da sexualidade nos campos social e político.

Inscrever a sexualidade em um campo social e político significa problematizar este campo como cultural e desenvolvido historicamente. Significa passar a entender de outra forma a concepção do uso do corpo e da sexualidade “natural” e vivida de forma “universal” para entender estes como processos que são socialmente estabelecidos e codificados. Para Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo histórico, o que significa dizer que dela decorre um conjunto de elementos que estrategicamente produzem algo, uma invenção social constituída através de discursos sobre o sexo que regularizam, normatizam, instituem saberes e produzem “verdades”. (FROEMMING, 2008: 23)

Ao analisar a forma como o Estado se apropria do discurso sobre o sexo, no século 18, Foucault (1988) aponta como o sexo se torna objeto de disputa entre Estado e indivíduo: “(...) o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (p. 33).

(...) é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos. (FOUCAULT, 1988: 33-34)

Estendendo suas análises para os séculos 18 e 19, Foucault (1988) mostra como a medicina, a psiquiatria e até a justiça penal se valem desses discursos sobre o sexo.

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciárias das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se

controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitalidade tantos prazeres sem fruto? (FOUCAULT, 1988: 43)

Questiona o autor se essa forma de apropriação da sexualidade, há dois ou três séculos, não teria como função “assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora?” (FOUCAULT, 1988: 44).

O século XIX e o nosso foram, antes de mais nada, a idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das “perversões”. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais. (FOUCAULT, 1988: 44)

Três influentes códigos, até o final do século 18, regiam as práticas sexuais (FOUCAULT, 1988): o direito canônico, a pastoral cristã, e a lei civil, que determinavam o que era lícito e ilícito, e consideravam a homossexualidade e as relações fora do casamento pecado e crime.

Pode-se perceber como a homossexualidade foi fortemente condenada pelo discurso hegemônico, que, influenciado pelos discursos religioso e médico-científico, a considerou, ao longo do tempo, como crime, pecado, anomalia, distúrbio e patologia, gerando formas violentas de discriminação, que se perpetuam até os dias de hoje.

Ao percorrer alguns discursos históricos sobre homossexualidade³, pode-se entender como colaboraram para que a não heterossexualidade se tornasse uma dimensão importante da construção social das posições e práticas identitárias da política contemporânea.

³ Foucault (1988), Kinsey (1948, 1953), dentre outros.

É importante destacar que na história da humanidade sempre existiram comportamentos não heterossexuais.

Há nos estudos de Freud e Kinsey⁴ o marco da sua desmistificação, enquanto orientação e expressão sexual “normal”, dada à diversidade sexual humana.

Mas somente a partir da metade do século 20 essas questões começam a ser questionadas e pensadas no âmbito da diversidade sexual, com a organização de grupos sociais e estudos científicos menos preconceituosos sobre a homossexualidade.

Nesse sentido, podem ser citados, dentre vários outros estudos que contribuem com uma discussão sobre a sexualidade fora do *status* da patologia ou da perversão, Butler (2003) e Fry (1982) que versam sobre a sexualidade como um construto complexo que relaciona fatores biológicos, psicológicos, socioeconômicos, culturais, étnicos, religiosos, políticos e geográficos.

Nessa perspectiva, a sexualidade envolve uma construção social, é influenciada pelo contexto histórico, e depende não só do universo simbólico, que versa sobre os corpos na cultura, mas também da estrutura social e dos meios de produção da sociedade (PRADO e MACHADO, 2008).

A ciência moderna aparece para sustentar a ordem burguesa e, para isso, utiliza discursos capazes de regular os papéis e comportamentos sexuais, colocando a heterossexualidade burguesa como “natural” e, em contrapartida, a homossexualidade como crime ou pecado.

Nossa sociedade é heterossexista, ou seja, pressupõe a heterossexualidade como algo supostamente natural ao mesmo tempo em que a impõe compulsoriamente por meios educativos, culturais e institucionais. Ainda permanece um desafio encarar que vivemos em uma ordem heteronormativa,

⁴ A publicação dos dois livros pioneiros de Alfred Kinsey sobre sexualidade humana, em 1948 (*O Comportamento Sexual do Homem*) e 1953 (*O Comportamento Sexual da Mulher*), provavelmente exerceu mais influência nas concepções modernas sobre a sexualidade do que qualquer outro trabalho realizado desde os de Sigmund Freud. Embora a pesquisa que deu origem aos chamados relatórios de Kinsey não tenha se baseado na geração que vivenciou a chamada revolução sexual posterior à Segunda Guerra Mundial (Kinsey havia abordado pessoas que cresceram entre as duas guerras), os relatórios acabaram se tornando, na consciência popular e na história da cultura norte-americana, símbolos da revolução sexual (GAGNON, 2006).

na qual mesmo homossexuais são induzidos a adotar a heterossexualidade como modelo para suas vidas transferindo a linha da abjeção para quem rompe com as convenções de gênero, por exemplo. Não por acaso, travestis, transexuais e *gays* femininos tendem a sofrer mais violência do que homossexuais que seguem uma estética de gênero dominante, ou seja, *gays* masculinos e lésbicas femininas. (MISKOLCI, 2011: 55)

A patologização da homossexualidade nem sempre foi vista apenas como atribuição negativa (PRADO e MACHADO, 2008), pois a regulação da sexualidade se dava principalmente pelos dogmas da Igreja, para a qual comportamentos indesejáveis deveriam ser punidos, já que eram crimes ou pecado. E alguns foram punidos com a morte, ou por meio de leis, em diversos países.

Para uma sociedade heteronormativa, a homossexualidade apresenta-se como subversão ao modelo vigente, e os homossexuais ficam invisíveis e estigmatizados socialmente, indicando a aceitação da existência de apenas uma prática sexual correta.

Homossexualidade e heterossexualidade fazem parte de um mesmo sistema, onde aparecem hierarquizados, sendo que a segunda precisa da primeira como limite, como campo do abjeto. Portanto, fica explícito que a heteronormatividade não aceita os desejos, as vivências que rompem com seu modelo.

Na disputa com as normas é que se impõe e passa a funcionar, o que se determinou serem dispositivos de gênero e da sexualidade, reconhecendo o público LGBT – Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais – como sujeitos e também uma forma de ampliar a liberdade, luta e recusa às determinações medicalizantes do corpo, do prazer, e dos desejos (POCAHY, 2007).

A sexualidade, a homossexualidade e a cidadania, ainda são desafios a serem superados na dimensão do respeito dos direitos humanos na “diferença”. Além da sexualidade, somam-se outras dimensões de análise, como: classe social, geração, nacionalidade, gênero, raça/etnia, todas voltadas à

compreensão dos múltiplos processos implicados nas relações de poder contidos na sociedade.

A sexualidade não diz respeito apenas às múltiplas formas como “naturalmente” homens e mulheres vivem suas preferências, seus desejos, seus sentimentos, suas intimidades e seus prazeres. É, também, uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos (POCAHY, 2007).

A sexualidade não é natural, as identidades sexuais, as posições sexuais e as práticas das sexualidades são construídas sociopolítico e historicamente, e por serem construídas dessa forma, se criarão consensos morais hegemônicos, que fazem com que, em contrapartida, o debate e a luta sobre os direitos de igualdade nas diferenças sejam realizados.

Como muito bem observa Louro (2010):

(...) a heterossexualidade não é natural, e sim que é, como qualquer outra forma de sexualidade, construída e aprendida ao longo da vida. Apesar disso se espera que todos sejam ou devam ser heterossexuais. A heterossexualidade assumiu um caráter compulsório nas sociedades ocidentais. Este tipo de análise já foi realizada por vários teóricos e teóricas, mas é possível dizer que foi, no âmbito dos estudos *queer*, que se radicalizou a crítica à centralidade da heterossexualidade (p. 145-146).

1.1 A Importância da Discussão de Gênero

A discussão sobre gênero tem seu início com os estudos que tratavam da problemática da mulher e com o (re)surgimento do movimento feminista (segunda onda do movimento), no final da década de 1960. Buscava-se compreender, analisar, criticar e superar as diferenças e contrastes entre homens e mulheres – hierarquias, desigualdades, poder.

O movimento feminista trouxe o conceito de gênero, que provocou grandes transformações e deslocamentos tanto no nível político como das relações entre homens e mulheres, cujas novas dinâmicas são incontestáveis. O conceito de gênero transitou de uma base natural e orgânica, ligada a uma dimensão biológica, para uma perspectiva construída a partir de valores, práticas e significados culturais e históricos que podem ser reinterpretados e ressignificados.

Simone de Beauvoir publicou em 1949 a obra histórica *O Segundo Sexo*, e lhe é atribuída a responsabilidade por ter transformado o modo como se pensava a subordinação das mulheres em relação aos homens. Mas quem mencionou e conceituou o termo *gênero* pela primeira vez foi Robert Stoller, em 1968. Contudo, esse conceito só se tornou mais conhecido a partir de 1975, com a formulação da antropóloga Gayle Rubin sobre o *sistema sexo-gênero*. Este sistema, mencionado anteriormente, seria um conjunto de arranjos em que a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais as necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. (IRINEU, 2009: 52)

As relações de gênero envolvem o poder entre homens e mulheres e se constroem baseadas nas diferenças entre os sexos e se reproduzem em várias instâncias, como nas práticas sociais no cotidiano, nos valores e normas, e também nas instituições (família, escola, igreja, trabalho e lazer).

Por meio dessas instituições, a sociedade tenta materializar nos corpos (sexo biológico) verdades absolutas para os gêneros e reproduzir o modelo hegemônico da mulher - delicada, bondosa, carinhosa, mãe dedicada -, e do homem - macho, viril, trabalhador, que não chora.

Mesmo antes de nascer, as pessoas já têm determinados, sobre seus corpos, expectativas sobre comportamentos, gostos e subjetividades, materializadas em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos de vida para o futuro filho ou filha.

O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essas infundáveis repetições funcionam como citações, e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza (BENTO, 2008: 34).

Sendo assim, a ideia de que o corpo reflete o sexo, e o entendimento sobre gênero se dá apenas por meio dessa relação (BENTO, 2006), sugerindo que qualquer performatividade de gênero, que acontece fora dessa lógica, é colocada às margens e analisada como identidade “transtornada”, pelo saber médico.

Se seguirmos nessa direção, verificamos que converge com a análise de Louro (2010), ao se apoiar em Butler:

Judith Butler falou-nos de normas regulatórias que regem as sociedades. Tais normas supõem que um corpo, ao nascer, seja nomeado, sem hesitação, como macho ou fêmea e, uma vez feita esta distinção, que este sujeito assuma um dos dois gêneros – masculino ou feminino – e experimente o desejo por alguém de sexo/gênero oposto (p. 146).

A autora continua sua análise por entender que é esse “suposto alinhamento (entre sexo-gênero-sexualidade) que dá sustentação à heteronormatividade, ou seja, à produção e reiteração compulsória da norma heterossexual” (LOURO, 2010: 146).

Uma vez que se espera que todos sejam (ou devam ser) heterossexuais, segue-se que as instituições e os sistemas de saúde ou de educação, a justiça ou mesmo a mídia são construídos, basicamente, à imagem e semelhança desses sujeitos. Como todo processo normativo, a heteronormatividade é onipresente. Ela é, também, praticamente, invisível e, de certo modo, silenciosa. Ela é *naturalizada*. A heteronormatividade só é reconhecida como um processo social, quer dizer, como algo que é *fabricado*,

produzido e reiterado a partir da ação de intelectuais ligados aos estudos de sexualidade, especialmente aos estudos gays e lésbicos e aos estudos queer. (LOURO, 2010: 146)

A partir da ideologia da complementaridade dos sexos referenciada na heterossexualidade, a produção de corpos seguirá a reprodução das *performances* de gênero hegemônica.

A complementaridade natural seria a prova inquestionável de que os gêneros só têm sentido quando relacionado às capacidades inerentes de cada corpo. Através das *performances* de gênero, a sociedade controla as possíveis sexualidades desviantes. Será a heterossexualidade que justificará a necessidade de se alimentar/produzir cotidianamente os gêneros binários, em processos de retroalimentação. Os gêneros inteligíveis estão condicionados à heterossexualidade e esta precisa da complementaridade dos gêneros para justificar-se como norma. (BENTO, 2008: 35)

É impossível e inconcebível discutir, dentro do modelo heterossexual, que a condição de gênero se formula independentemente do sexo e que, ao contrário do sexo, gênero se constitui a partir de sinais exteriores (BENTO, 2006), postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo.

Há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas. (BENTO, 2008: 36)

É construído socialmente que é “normal”, “natural”, a menina gostar de brincar de boneca, e o menino de futebol; a mulher ser responsável pelos serviços domésticos e o cuidado dos filhos, e o homem trabalhar fora.

Entender as relações de gênero, como fundadas no cotidiano da ordem social, permite compreender não somente a posição das mulheres, em particular, como subordinada, mas também a relação entre sexualidade e poder.

Os estudos sobre gênero, inicialmente, explicavam a subordinação da mulher com base na tradição do pensamento moderno, e sobre as posições dos gêneros na sociedade, a partir de uma perspectiva oposicional/binária e de caráter universal (BENTO, 2006).

É imprescindível lembrar, segundo Louro (2010), que:

(...) é a identidade masculina, branca, heterossexual de classe média que é tomada como a identidade normal, legítima e não problemática. Esta é a identidade referência a partir da qual as demais são produzidas e nomeadas como diferentes (p. 144).

O binarismo entre homem e mulher propõe um conceito a partir das diferenças entre os sexos, e que, segundo Butler (*in* BENTO, 2006), a diferença sexual pode levar a uma coisificação do gênero e relacionado à existência apenas de um modelo hegemônico, o heterossexual, para a descrição dos gêneros, da identidade de gênero e da sexualidade, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares, e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres⁵.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se constitui sobre os sexos. (LOURO, 2008: 21)

⁵ “Uma concepção que teve grande prestígio nos estudos feministas definia gênero como os atributos culturais construídos para o masculino e o feminino levando em consideração as diferenças sexuais, para estabelecer suas posições na estrutura hierarquizada. Os gêneros mudariam de acordo com os imperativos das culturas. No entanto, esta pluralidade estava fundamentada em um binarismo universal ancorado na diferença percebida entre os sexos.” (BENTO, 2008: 39)

Dessa forma, o que se pretende, é recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações desiguais entre os sujeitos.

As justificativas para as desigualdades sociais precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 2008: 22)

Segundo ainda Louro (2008), o objetivo é entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, compreendendo-os como tendo identidades plurais, múltiplas, “identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (p. 24).

(...) algumas experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis, e ao fazê-lo se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero; ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. (BENTO, 2008: 30-31)

As identidades, enquanto categorias sociopolíticas que se constroem no jogo de forças sociais, são permanências, mas também transformações, expressam condições de ser e possibilidades, razão pela qual são capazes de dar visibilidade ao processo de inserção social dos sujeitos (MARTINELLI, 2009).

A natureza essencialmente dinâmica das identidades permite que elas se criem e se recriem continuamente no fértil terreno das diferenças, das

diversidades, num verdadeiro jogo dialético, em que pulsam identidades construídas e atribuídas (MARTINELLI, 2009).

Ao se referirem às identidades homossexuais, Prado e Machado (2008) afirmam que:

(...) envolve não somente as formas e práticas de exercer a sexualidade, mas suas *performances* públicas, a construção dos direitos e deveres conquistados, os espaços institucionais ofuscados, as formas específicas de opressão e muitas outras questões que sempre estão circunscritas pela forma moral e estética concorrente a determinada posição hegemônica de objetivações sociais de indivíduos, grupos e sociedades (p. 17).

Diante dessa afirmação, e concordando com Martinelli (2009), consideramos que: “Explicita-se aí o caráter dialético das identidades atribuídas, pois até mesmo para serem atribuídas em algum momento foram construídas, expressando as condições concretas daquele momento histórico” (p. 9).

Desta forma, a objetivação das relações sexuais proclama identidades, formas de apresentar-se, formas de reconhecer-se, e estas exigem não só a construção social de pertencas, mas também a elaboração e a interiorização das atribuições sociais e de direitos (PRADO e MACHADO, 2008).

Segundo Joan Scott (*In*: LOURO, 2008), historiadora norte-americana, é necessário desconstruir a ideia do caráter permanente da oposição binária masculino-feminino.

Em outras palavras: Joan Scott observa que é constante nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Para ela seria indispensável implodir essa lógica. (LOURO, 2008: 31)

Essa desconstrução remete à ideia de que a oposição é construída e não inerente e fixa, fazendo com que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita (LOURO, 2008).

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significa problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa (...) (LOURO, 2008: 31-32)

Louro (2008) chama a atenção para a noção simplista e reduzida de homem dominante *versus* mulher dominada, já que os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas “homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc.” (p. 33) e esses grupos de dominados são, muitas vezes, capazes de exercer, nesses espaços de opressão, o poder de resistir a eles.

1.2 O Preconceito e a Discriminação a partir da Heteronormatividade

Por heteronormatividade, segundo Berenice Bento (2008), pode-se entender a forma como a heterossexualidade se apresenta como norma, ou seja, demarcando, dentro de seus parâmetros, o campo da normalidade:

(...) a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a impossibilidade de vida fora dos seus marcos. É um lugar que designa a base de inteligibilidade cultural através da qual se naturalizam corpos/gêneros/desejos e definirá o modelo hegemônico de inteligibilidade de gênero, no qual supõe que para o corpo ter coerência e sentido deve haver um sexo estável expresso mediante o gênero estável (masculino expressa homem, feminino expressa mulher) (p. 40).

Preconceito é uma ideia preconcebida, opinião que é aceita sem contestação e com tanta força que resiste a qualquer argumento racional. Já o termo discriminação designa a materialização, no plano do concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, até mesmo omissivas, conforme nos ensina Rios⁶ (2007).

⁶ Juiz federal, doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do SUL (UFRGS).

Convergindo com essa afirmação, Barroco (2010) analisa como a repetição acrítica dos valores e a alienação da vida cotidiana se expressam por meio do moralismo e, conseqüentemente, do preconceito.

Em função de sua repetição acrítica dos valores, de sua assimilação dos preceitos e modos de comportamento, de seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador, a vida cotidiana se presta à alienação. A alienação moral também se expressa através do moralismo, modo de ser movido por preconceitos. Devido ao seu peculiar pragmatismo e sua ultrageneralização, o pensamento cotidiano é facilmente tentado a se fundamentar em juízos provisórios, ou seja, em juízos pautados em estereótipos, na opinião, na unidade imediata entre pensamento e a ação (...) (p. 72).

Heller (2008) expõe como o preconceito pode ser praticado de forma direta, sem mediação, e também de forma indireta:

(...) crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores. Mas, muitas vezes, o mecanismo é também indireto: nossa vida, que não pôde alcançar seu objetivo em sua verdadeira atividade humano-genérica, consegue então um “sentido” pleno no preconceito (p. 69).

Heller (2008) segue afirmando que frequentemente um preconceito social típico não consegue exercer função rígida de preconceito em todos os membros da sociedade.

(...) muitas vezes, trata-se apenas de um juízo provisório que consegue se afirmar tão só até o momento em que o indivíduo se vê confrontado com verdades que ignorava. O modo de “provar” se um preconceito social tem função de preconceito também no indivíduo ou carece dela, consiste sempre na confrontação com os fatos (p. 70).

Segundo Heller (2008) o preconceito não basta para que um homem seja imoral, “mas isso depende essencialmente da relação da individualidade com a

totalidade, das consequências e das motivações do preconceito” (p. 84). Dessa forma, verifica-se que o preconceito é histórico, e a forma como se expressa ganha materialidade como veiculado nas diferentes formas de vida do sujeito, e se constrói na própria história a partir do conjunto de objetivações do ser social.

Mas, ao afirmar que o preconceito, via de regra, é considerado moralmente negativo, Heller (2008) assim justifica:

Porque todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo. Não podemos, portanto, dizer que todo homem predisposto ao preconceito é “imoral”. Mas podemos afirmar que, sob todos os aspectos nos quais tem preconceitos, ocorre uma diminuição para o homem de suas possibilidades de uma escolha adequada e boa, historicamente positiva, e, com elas, a possibilidade de uma explicação da própria personalidade (p. 85).

De acordo com Rios (2007), quanto à perspectiva marxista, “o preconceito e a discriminação seriam produtos e manifestações das reais condições que mantém, criam e recriam a alienação humana, dinâmica própria da sociedade capitalista” (p. 28-29).

Já dentro da abordagem psicológica, Rios (2007) aponta que preconceito é o termo utilizado, de modo geral, por Lacerda, Pereira e Camino, (2002) para indicar a existência de percepções negativas por parte de indivíduos e grupos, sendo que esses expressam, de diferentes maneiras e intensidades, juízos desfavoráveis em face de outros indivíduos e grupos tidos como inferiores.

Vale ressaltar que o resultado da articulação das diversas formas de preconceito e discriminação se apresentam nos segmentos de raça, sexo, classe, geração, orientação sexual e deficiência.

O preconceito, enquanto mecanismo social, é um instrumento importante na manutenção das hierarquias sociais, que colabora e produz formas subalternas de cidadanias e a partir da politização das sexualidades se dão os enfrentamentos em torno da visibilidade e dos direitos homossexuais.

Ao problematizar os efeitos de normalização expressos em nossa sociedade, nos deparamos com concepções e práticas heterossexistas-homofóbicas, que revelam a fragilidade de instituições e políticas públicas, a violência perpetuada pelo Estado e a corrosão da democracia (POCAHY, 2007).

Ao discorrer sobre preconceito e discriminação e a intolerância em relação à diversidade sexual, faz-se necessário clarificar a ideia sobre heteronormatividade e heterossexismo como duas categorias imprescindíveis para entender o fenômeno da violência contra a população LGBT.

Já a ideia de heterossexismo, de acordo com Rios (2007):

(...) se apresenta como alternativa a esta abordagem, designando um sistema onde a heterossexualidade é institucionalizada como norma social, política, econômica e jurídica, não importa se de modo explícito ou implícito. Uma vez institucionalizado, o heterossexismo manifesta-se em instituições culturais e organizações burocráticas, tais como a linguagem e o sistema jurídico. Daí advém, de um lado, superioridade e privilégios a todos que se adéquam a tal parâmetro, e de outro, opressão e prejuízos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e até mesmo a heterossexuais que porventura se afastem do padrão de heterossexualidade imposto (p. 33).

Como se observa, são categorias que se interagem, mas não são sinônimos, enquanto uma busca “naturalizar” práticas e comportamentos de ordem sexual, definindo um modelo de inteligibilidade de gênero a partir da rigidez dos corpos homem-mulher, a outra fornece tal legitimidade, sendo reproduzido por diversos espaços e instituições.

Em sua origem, o conceito de **homofobia**⁷ surgiu na década de 1970 para explicar o preconceito da sociedade contra homossexuais, e ressalta-se que a identificação desse conceito foi importante na luta contra a violência e o preconceito.

⁷ Homofobia – termo utilizado para descrever a rejeição e/ou aversão a homossexuais, frequentemente manifestas em ações discriminatórias, não raro violentas, que apontam ódio baseado unicamente na orientação sexual do outro, atribuindo à homossexualidade caráter doentio, ou então de inferior à heterossexualidade.

Daniel Borrillo⁸, *in* PocaHy (2007), explica que a homofobia, assim como o sexismo (que trata de hierarquizar as relações entre homens e mulheres), aparece como componente necessário ao regime binário da sexualidade. Já que com as diferenças homo/heterossexualidade cria-se um regime de ordenamento da sexualidade, em que os comportamentos sexuais são qualificados como modelo social e referência sobre todas as demais sexualidades.

Segundo Nardi (2010), o termo foi inicialmente usado pelo psicólogo George Weinberg em um artigo da revista *Time*, em 1969.

Homofobia, para este autor, designava o medo ‘irracional’ da homossexualidade que produz reações ‘irracionais’ e o desejo de destruir o estímulo da fobia ou tudo que possa se relacionar a ela. Hoje o termo tem definições e usos múltiplos, podendo significar medo, aversão, discriminação, preconceito, etc. Daniel Borrillo, por exemplo, define homofobia como “uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal” (p. 152-153).

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) utiliza o termo homofobia para representar todas as formas de preconceito e discriminação contra pessoas que diferem do modelo heterossexual, porém, outros termos também são utilizados, objetivando designar formas que representem não só a discriminação, mas também raízes sociais, culturais e políticas, tais como a putafobia (profissionais do sexo), transfobia (transexuais e travestis), lesbofobia (lésbicas) e bissexualfobia (bissexuais), o que, na análise de Miskolci (2011), é considerada uma estratégia vitimizadora que “(...) subdivide a homofobia nas chamadas transfobia, homofobia, lesbofobia apelando para a proteção e a tolerância de identidades ao invés de problematizar as normas sexuais como um todo” (p. 65).

Para Sigmund Freud (*in* POCAHY, 2007), fobia diz respeito a uma reação de angústia e medo que “se criam sintomas a fim de evitar uma situação de

⁸ Intelectual argentino radicado na França.

perigo cuja presença foi assinalada pela geração de angústia” (p. 11). Porém que medo é esse que se manifesta em agressão e violência?

Mesmo assim, o termo representa todas as formas de desqualificação e violência dirigidas a todas e todos que não correspondem ao ideal normalizado de sexualidade, melhor compreendidas pela expressão heterossexismo, que consiste na desqualificação e outras formas de violência sobre todas as demais expressões da sexualidade não heterossexual.

Segundo PocaHy (2006), um ato de homofobia produz efeitos que reafirmam, no campo da norma (do normal), o lugar dos sujeitos na posição de impensáveis. Trata-se, sobretudo, de um ato de homofobia, da desumanização, desqualificação do outro, por meio de palavras, gestos e condutas.

Bem como aponta PocaHy diante daquilo que Butler (2007) denomina como a ordem da constituição da abjeção:

Precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2000). E em se habitando estas zonas, não gozando do *status* de sujeito, muitas vezes as reações da homofobia se expressam nos atos de vigilância e eliminação: ateia-se fogo, corta-se, perfura-se, apedreja-se, mata-se. Suplício e exposição deste abjeto como objeto que explicita a punição aqueles que cruzam as fronteiras da norma (p. 12).

Definida, portanto, e inicialmente, como a atitude de hostilidade e ódio aos homossexuais homens ou mulheres, a homofobia é, do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o anti-semitismo, uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como o contrário, inferior ou anormal. Referindo-se a um prejulgamento e ignorância que consistem em acreditar na supremacia, evidência e naturalidade da heterossexualidade.

Borrillo (*in* RIOS, 2007) aponta quatro discursos homofóbicos:

A “homofobia antropológica”, por fundar-se na crença de que a evolução das sociedades caminha rumo à consagração da conjugalidade heterossexual monogâmica, vê na homossexualidade o risco e a manifestação da desintegração da sociedade e da civilização. Já a “homofobia liberal”, por considerar as manifestações da homossexualidade matéria estritamente privada, não provê homossexuais de proteção jurídica no espaço público, considerando este domínio natural e exclusivo da heterossexualidade. A “homofobia stalinista”, por considerar comportamentos homossexuais um sintoma de decadência moral capitalista, promoveu, em nome do “humanismo proletário”, a condenação da homossexualidade. Por fim, a “homofobia nazista”, preocupada com a expansão da população ariana e a supremacia alemã, valeu-se de bases biológicas e morais para condenar e conduzir pelo menos 500.000 homossexuais à morte nas prisões (p. 34).

Indica Borrillo (*in* POCAHY, 2007) que a homofobia, ou, mais adequadamente, o heterossexismo, como todas as outras formas de intolerância, se articula em torno das emoções, crenças, prejulgamentos, convicções e “fantasmas”, assim como de condutas, em atos, práticas, procedimentos e leis.

E ainda por meio de dispositivos ideológicos, como teorias, mitos, doutrinas e argumentos de autoridade. E não se tratando somente de uma violência contra os homossexuais, a homofobia constitui-se uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e de respeito ao outro.

1.3 Política Queer

Os estudos *queer* trouxeram, nos últimos anos, outras leituras para o debate sobre as identidades de gênero e a relação entre natural e cultural, e tem na autora Judith Butler⁹ um marco fundamental. “(...) é a partir da Aids que a política *queer* emerge como contraponto crítico em desacordo com o movimento

⁹ **Gender and trouble:** feminism and the subversion of identity (1990).

gay e lésbico estabelecido em seu esforço de se adequar a padrões normativos” (MISKOLCI, 2011: 49)¹⁰.

Os estudos *queer* terão como um dos eixos o estudo dos mecanismos históricos e culturais que produzem as identidades patologizadas, invertendo o foco de análise do indivíduo para as estruturas sociais. Nesse processo de desnaturalização, o foco explicativo para a constituição das identidades desloca-se do indivíduo para as genealogias dos discursos que limitam a categoria “humanidade” apenas a duas possibilidades excludentes: ou você tem pênis ou vagina. Ou você é mulher ou é homem. Dois corpos, dois gêneros. Ou você é masculino ou feminino, mas sejamos todos heterossexuais. Nada de ambiguidade, um horror a indeterminação. (BENTO, 2008: 41)

O termo *queer*, em português, pode significar esquisito, bizarro, estranho; como também *viado*, *bicha*. “O *queer* tem sido usado como insulto que procura denunciar no insultado sua ‘esquisitice’, estreitamente ligada à sexualidade, assim como a sua detectável ‘inadequação’ de gênero” (PELÚCIO, 2007: 242).

Além de radicalizar o projeto feminista, os estudos *queer* habilitam o segmento LGBT, bem como os transexuais e travestis, pela perspectiva em que as margens devem manter uma relação de disputa e de explicitação do caráter ideológico daqueles que produzem discursos que alimentam a reprodução das margens (BENTO, 2008).

“Os ‘normais’ negam-se a reconhecer a presença da margem no centro como elemento estruturante e indispensável”. (BENTO, 2008: 38)

Para Richard Miskolci (2011), na perspectiva *queer*, a identidade reconstitui-se em termos políticos e não sexuais, unificando a resistência e oposição nos regimes de normalização. “O *queer* se apresenta como espaço de construção de resistência à normalidade, aos limites históricos impostos por meio do biopoder e expressos, sobretudo, pelo dispositivo de sexualidade e seu imperativo heteronormativo” (MISKOLCI, 2011: 57).

¹⁰ A despeito das polêmicas e divergências interpretativas sobre a política *Queer* e suas manifestações nos movimentos sociais, ver Miskolci (2011).

A teoria *queer* utiliza-se da estratégia de transformar e incorporar o insulto homofóbico como elemento identitário para desnaturalizar as identidades e estabelecer as disputas.

O insulto, um dos dispositivos mais eficazes para produção de seres abjetos que devem ser postos às margens, se transforma em fundamento para construir uma nova identidade marcada na e pela disputa. Assumir o insulto enquanto um elemento identitário é falar da margem ao centro, construir uma concepção pós-identitária. Ao mesmo tempo explicita a violência posta em jogo no processo de nomeação e hierarquização das identidades. A margem constrói um campo discursivo contra-hegemônico ao poder-saber médico. (BENTO, 2008: 42)

1.4 Do Movimento Homossexual ao LGBT

Para Souza (2000), movimentos sociais são: “formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social” (p. 99).

Souza (2000) afirma que os movimentos sociais são importantes, no momento em que ocorre o processo de organização popular, quando a população deixa o individualismo de lado e vai à busca da coletividade para enfrentar a problemática social.

Segundo Sposati (1998), os movimentos sociais ocorrem quando:

As classes subalternizadas, lutando por sua sobrevivência, organizam-se e apelam para o atendimento de seus direitos sociais, como trabalho, remuneração, alimentação, saúde, moradia, educação. Este movimento envolve processos de esclarecimento, arregimentação, debate e mobilização, que supõe a liberdade e a resistência à opressão (p. 37).

Para Sposati (1998): “A crescente multiplicação de movimentos sociais no Brasil, como forma de mobilização e criação de espaços de prática e política, faz dos confrontos com o Estado (em função de ‘reivindicações

coletivas’) elementos fundamentais na construção da cidadania” (p. 36).

A cultura política carrega consigo valores seculares, que muitas vezes esbarram e impossibilitam um projeto político, porque é impossível mudar uma cultura, cultivada por décadas, em apenas alguns anos.

Gohn (1999) afirma sobre os movimentos sociais que:

Até 1988 os movimentos construíram uma imagem externa que os representava como detentores de grande força política. Em várias regiões do país eles se articularam às frentes de oposição, ao *status quo* vigente; criticavam e denunciavam a não prioridade da gestão pública para os setores sociais carentes; formulavam demandas e, em vários casos, apresentavam soluções alternativas para os problemas; resistiam às pressões para se desmobilizarem (p. 103).

Alguns segmentos conservadores da sociedade consideravam que os movimentos sociais eram agentes que perturbavam e que colocavam em risco a ordem. Hoje são vistos por vários analistas e consultores de organizações internacionais como agentes construtores de uma nova ordem social, fontes de inovação e mudanças sociais.

Gohn (2002) mostra que:

A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face à nova conjuntura e as novas forças sociopolíticas em ação) (p. 77).

Pensar em movimentos sociais, para Facchini (2005), na atualidade, remete a um conjunto de palavras que foram sendo agregadas à categoria ao longo do tempo.

(...) racionalidade, autonomia, espontaneidade, transformação social, identidade, carências coletivas, solidariedade, comunidade, aprofundamento da democracia -, bem como uma série de classificações e caracterizações que tentam dar conta da variedade empírica e das mudanças conjunturais das ações coletivas: movimentos populares, movimentos sociais urbanos, novos movimentos sociais, movimentos sociais contemporâneos, antigos

movimentos sociais, movimentos baseados na luta de classes, movimentos alternativos, movimentos libertários, associações civis, ONGs, redes de movimentos sociais, campos ético-políticos. Outros termos, ainda, vinculam-se à atribuição de um sentido a essas ações coletivas: atores políticos, sujeitos coletivos, sociedade civil, terceiro setor (p. 47-48).

Na última década do século 20, o projeto de democratização da sociedade brasileira tem alcançado envergadura nacional e para alguns grupos sociais a corrosão do autoritarismo, presente nos mais diversos aspectos da vida social, torna-se a utopia necessária (SHERER-WARREN, 2005).

1.5 Movimento Homossexual

Os movimentos feminista e homossexual (relativos aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) foram os principais responsáveis por trazer a sexualidade para o centro dos debates políticos desde os anos 1960 e 1970, respectivamente. Inicialmente associado à luta feminista em defesa da igualdade entre homens e mulheres e contra a violência e a discriminação de gênero, o complexo de políticas e reivindicações ligado às sexualidades inclui, de maneira decisiva, demandas de outros sujeitos políticos – como gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, profissionais do sexo, etc. – definidos a partir de práticas e/ou identidades sexuais não convencionais, ou seja, que se afastam da norma heterossexual e reprodutiva.

Os movimentos sociais que culminaram no ano de 1968 proporcionaram o questionamento da política liberal capitalista ocidental e cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores, constituindo e que passou a ser conhecido como a política de identidade, feminismo para as mulheres, política sexual para homossexuais, lutas raciais para os negros, etc.

O movimento homossexual surgiu, no Brasil, no final dos anos 1970 colocando em cena a politização de gays e lésbicas, com um perfil antiautoritário resistente à ditadura militar e eram “referidos a conflitos que teriam sua origem na ‘esfera da cultura’, do indivíduo ou da escolhas pessoais, esses movimentos

foram tratados separadamente daqueles que permitiam alguma conexão com o conflito de classes” (FACCHINI, 2005: 55).

A abertura política possibilitou a participação de vários segmentos sociais e não foi diferente com os militantes homossexuais. Para Green (2000):

Quando o regime militar resolveu evitar uma explosão social ao implementar um processo de liberalização política “lento e gradual” em meados dos anos 70, alguns grupos imediatamente se reuniram para questionar as noções hegemônicas da homossexualidade, que a consideravam um comportamento pervertido e doentio (p. 455).

Os “movimentos alternativos”, como eram tratados, especificamente, os feministas e homossexuais, no contexto da “abertura”, por serem considerados portadores de especificidades e que necessitavam de um tratamento teórico diferenciado daquele que vinha sendo dado aos movimentos supostamente baseados fundamentalmente no conflito de classes.

Mesmo com algumas diferenciações e distinções entre os “novos movimentos sociais”, que demandavam “transformações culturais” de longo prazo e alcance, e os “velhos”, que tinham caráter “reivindicativo” de bens materiais, consumíveis e negociáveis, Facchini (2005) entende que não devem ser aplicada essas distinções, visto que:

Todos estão interferindo nos lugares que lhes são, por costume, destinados socialmente e, em consequência, “mudando a gramática da vida”, na medida em que transformam suas próprias vidas e incorporam essas mudanças às suas práticas e expectativas como militantes (p. 59).

O Grupo Somos, que atuou entre 1978 e 1983, é reconhecido como o primeiro grupo homossexual brasileiro, com uma proposta politizada da questão. Inicialmente composto apenas por homens, o grupo se apresentou com o nome provisório de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais (MACRAE, 1985, FACCHINI, 2005).

A partir da participação em debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, realizados por uma semana na Universidade de São Paulo (USP), no início do ano seguinte, novos integrantes, inclusive mulheres, compõem o Somos e dois novos grupos se formam: o Eros e o Libertos. Por causa da polarização entre a “esquerda” e a “autonomia das lutas das minorias” o Grupo Somos enfrenta conflitos internos, quando militantes passaram a defender uma aliança com outras minorias, com o movimento de trabalhadores e grupos de esquerda (FACCHINI, 2005).

Em 1979, foi organizado, no Rio de Janeiro, o I Encontro de Homossexuais Militantes, e, desde então, destacam-se entre as resoluções, a reivindicação de incluir na Constituição Federal o respeito à orientação sexual e lutar para retirar a homossexualidade da lista de doenças mentais.

Mais tarde, a cidade de São Paulo foi palco, em 1980, do I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (Egho) com a participação de cerca de 200 pessoas e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (Ebho), com aproximadamente 600 pessoas.

Ainda em 1980, o Grupo Somos subdivide-se em três: o Somos, o Grupo Lésbico-Feminista, posteriormente rebatizado de Grupo de Ação Lésbico-Feminista (Galf) e o Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente rebatizado de Outra Coisa. Em 1983, problemas financeiros e dificuldades em conseguir novos membros levaram o Grupo Somos a abandonar sua sede e a se dissolver (FACCHINI, 2005).

Segundo Facchini (2005), o Outra Coisa continuou atuando em questões relativas à violência, colaborou na discussão de temas ligados à homossexualidade na campanha eleitoral de 1982 e foi o primeiro grupo paulistano a divulgar, em julho de 1983, informações sobre a Acquired Immunodeficiency Syndrome (Aids) e, em 1984, de acordo com MacRae (1985) por falta de interesse dos seus militantes e dificuldades para pagar o aluguel da sede, o grupo encerra suas atividades.

O Galf volta-se mais para o movimento feminista, sendo o único grupo paulistano que chegou, em 1990, como Rede de Informação Um Outro Olhar, quando se torna uma organização não governamental (ONG).

Para MacRae (1985), apesar do declínio do movimento homossexual brasileiro registrado na década de 1980, há várias conquistas advindas principalmente de redes de sociabilidade, que defendiam a homossexualidade sem culpa e não considerada como doença ou anormalidade. O reconhecimento e legalização do Grupo Gay da Bahia (GGB) e do Triângulo Rosa como organizações voltadas à questão homossexual, são, de certa forma, marcos históricos.

O movimento Triângulo Rosa, fundado em 1985 no Rio de Janeiro, potencializa e aglutina os movimentos homossexuais para participarem da Assembleia Constituinte de 1986, com o objetivo de inserir o termo “orientação sexual” no rol dos impeditivos de discriminação, sem, contudo, obter êxito.

Porém, a partir daí, essa discussão passa a ser amplamente realizada pelos movimentos. Nos anos seguintes, vitórias são obtidas em municípios e em alguns estados brasileiros, que inseriram em suas leis orgânicas ou constituições estaduais a proibição de discriminar por orientação sexual, ainda que, em muitos locais, não prevendo penalidades.

O surgimento da epidemia da Aids, no início dos anos 1980, chamada de “peste gay” reduziu a quantidade de grupos que faziam parte do movimento e desmobilizou as propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo fato de muitos militantes atuarem na luta contra a Aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia (FACCHINI, 2005).

O jornal *Lampião da Esquina*, que cumprira importante papel na mobilização do movimento homossexual, considerado uma versão politizada de mídia alternativa naquele período, perde sua função de órgão de resistência e encerra suas atividades em junho de 1981 com a abertura política (FACCHINI, 2005).

Mesmo com o declínio do movimento homossexual, para MacRae, no final de sua tese, em 1985, baseada na etnografia do Grupo Somos, ao mesmo

tempo em que relata sobre o GGB e o Triângulo Rosa, que fizeram parte da “primeira onda” do movimento homossexual, conta que foram personagens importantes, principalmente no período de “declínio” (FACCHINI, 2005).

Facchini (2005) se apoia no trabalho realizado por Silva (1993) sobre o grupo Triângulo Rosa, e nas entrevistas de história oral de vida de militantes e intelectuais ligados ao jornal *Lampião da Esquina*, também feitas por Silva (1998), para afirmar que o movimento homossexual não desapareceu em meados da década de 1980, porém o que houve foi:

Uma menor refratariedade à institucionalização e o pouco envolvimento com posições ideológicas de esquerda ou anarquistas estão entre as características que, a meu ver, já estavam presentes. Essas características permitiram que esse movimento não chegasse a desaparecer em meados da década de 1980, passando de uma ênfase antiautoritária e comunitarista para uma ênfase na garantia do direito à diferença e para uma tendência a estabelecer organizações de caráter mais formal que comunitário. (FACCHINI, 2005: 107)

Segundo Green (1998, *in* FACCHINI, 2005) a palavra *gay* era questionada, por ser um termo muito ligado ao movimento norte-americano na “primeira onda” do movimento, pelo Grupo Somos e o *Lampião*, que preferiam utilizar “bicha” ou “guei”, o que evidencia que as relações com o movimento internacional não eram vistas como prioritárias.

De acordo com a bibliografia, era clara a preocupação do GGB em possuir sede própria, o que foi possível depois de alguns anos após o início do grupo que se reunia na própria casa de Luiz Mott¹¹. Outros grupos, como o Somos, por exemplo, para realizar suas atividades, utilizavam desde a

¹¹ Fundador do Grupo Gay da Bahia e professor titular aposentado do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

residência de um dos membros, quanto uma boate, um espaço na universidade ou uma sede dividida com um grupo de esquerda (FACCHINI, 2005).

Silva (1993: 55 *in* Facchini, 2005) relata que:

o grupo Triângulo Rosa foi oficializado, no Registro Civil de Pessoa Jurídica, em 27 de fevereiro de 1985. MacRae (1985: 466) cita o GGB e o Triângulo Rosa como grupos que haviam obtido “reconhecimento oficial e legalizado [...] enquanto agremiações explicitamente voltadas à questão homossexual”. Além da obtenção do direito de associação, a existência de uma personalidade jurídica pode ser muito importante num contexto em que os grupos/associações se propunham a uma ação mais direta e pragmática em favor dos direitos civis dos homossexuais (p. 114).

Para Facchini (2005: 115), os militantes dessa “segunda onda” fazem questão de deixar claro que sua atuação é diferenciada dos militantes anteriores.

Em entrevista a Silva (1993 *in* Facchini, 2005: 115) militantes do Triângulo Rosa explicitam essas diferenças, citando que o Grupo Somos discutia assuntos psicossociais, o que pode ser chamado de “grupo de auto-ajuda”, enquanto o Triângulo Rosa não discutia assuntos pessoais, tratando de questões externas, como políticas e leis, sendo talvez, na concepção dos entrevistados, uma das principais diferenças, o aspecto político.

Foi durante o processo de elaboração e da defesa da inclusão da não discriminação da homossexualidade na Constituição, que os militantes, consultando acadêmicos e profissionais de diversas áreas, chegaram ao consenso pela utilização do termo “orientação sexual” suprimindo assim “opção sexual” (FACCHINI, 2005: 117).

A importância da Constituição de 1988 para o panorama da política sexual no Brasil contemporâneo deve ser ressaltada. No momento em que foi elaborada, a chamada “Constituição Cidadã” espelhou a configuração de forças existentes entre diferentes movimentos sociais que à época buscavam transportar para a esfera pública uma série de questões antes consideradas

do âmbito da vida privada, muitas delas envolvendo questões relativas ao gênero e à sexualidade. (CARRARA, 2010: 46)

O movimento homossexual chega na década de 1990, para Facchini (2005: 119-120), com um declínio na quantidade de grupos, mas que não representa um declínio do movimento, que trazia novas questões ao cenário, além das lutas pela “despatologização” e por legislação antidiscriminatória, já aprovadas em outros encontros, traziam também a legalização do “casamento gay”, tratamento positivo da homossexualidade na mídia, e a inclusão da educação sexual nos currículos escolares.

A necessidade de fortalecer o movimento e a luta contra a Aids também fazia parte do referido momento. A partir daí, fica notório o aumento do número de grupos nos encontros, que passam a contar com financiamento de programas estatais de combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/Aids, e os encontros nacionais de “gays e lésbicas que trabalham com Aids”, são rebatizados, posteriormente, de encontros de “gays, lésbicas e travestis que trabalham com Aids” (FACCHINI, 2005).

A aids permitiu que se discutisse a pluralidade das expressões da sexualidade, pois a epidemia desde seu início foi enfrentada pelos movimentos sociais que assumiam um papel fundamental na definição das políticas públicas e, de certa forma, fizeram com se retomassem discussões originadas na revolução sexual dos anos 1960. A luta pela afirmação do direito a uma “sexualidade plena” defendida pelo feminismo e a defesa do direito a uma homossexualidade vivida fora do armário defendida pelo movimento “gay” caracterizaram os embates internos relativos às formas de luta contra a epidemia. (NARDI, 2010: 155)

O movimento homossexual começa a se organizar entre o final da década de 1970 e o início de 1980, com a abertura política pós-ditatorial. E registrou novo desenvolvimento no mundo e no Brasil, principalmente após o advento da Aids que se apresenta como questão e marco histórico dos estudos sobre sexualidade nas ciências humanas. “A epidemia mudou não apenas o cenário

da época, mas também impulsionou mudanças culturais que sepultaram as – hoje sabemos – frágeis conquistas da então chamada Revolução Sexual” (MISKOLCI, 2011: 47).

Neste cenário social e político, a reação dos movimentos sociais foi fundamental para reverter a lógica estigmatizante dos chamados “grupos de risco” na primeira fase da epidemia. Esta reação demonstrou a necessidade de abertura do diálogo público sobre a diversidade sexual como forma de combate a epidemia que se alastrava para muito além dos denominados grupos e fez com que a sexualidade entrasse no debate político de uma forma distinta daquela da patologização/categorização que marcou a afirmação do dispositivo da sexualidade a partir do século XIX (FOUCALT, 1976). (NARDI, 2010: 154).

Segundo Ferrari (2004), o movimento homossexual no Brasil tem a característica da dedicação à educação, ao processo educacional. O objetivo do movimento é a construção dos sujeitos, responsável pelas mudanças de visões, posturas, hábitos, transformação das pessoas a partir de um conhecimento de si e do mundo. O movimento homossexual luta por inserir o entendimento da homossexualidade numa perspectiva política.

Hoje, a categoria LGBT é utilizada para se referir a esse segmento, em detrimento da categoria homossexual, que era utilizada para identificar pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo. Carregados de hegemonia masculina, os termos *gay* e homossexual deram lugar à sigla LGBT, devido ao aumento da participação de mulheres e a emergência da identidade trans no movimento.

É, portanto, a partir da luta dos militantes das organizações que o Estado sai do seu papel neutro e normatizador, para agir em prol da erradicação das discriminações pela orientação sexual.

Nos últimos anos, assistimos ao crescimento das manifestações desencadeadas pelo movimento LGBT e ao aumento considerável da proporção populacional dos seguidores e militantes da causa, ao longo da trajetória do movimento, o que os pioneiros consideram como a “saída do armário”.

A legitimação dos direitos que constituem a cidadania brasileira não se tornou efetiva para essa parcela da sociedade, que ainda não goza dos mesmos direitos que a população de orientação heterossexual, dentre os quais podemos citar a não viabilidade para o casamento, o não reconhecimento da união estável, a impossibilidade de casais *gays* somarem rendas para alugar imóvel e aprovar financiamento, a dificuldade de adotarem filhos, e uma série de outros direitos negados.

Adicionado ao preconceito social do qual é vítima, essa população enfrenta a ausência de visibilidade na pauta das políticas sociais que dificilmente incorpora suas demandas, assim, os escassos serviços e políticas são pensados e destinados aos heterossexuais, determinando a invisibilidade e dificultando os enfrentamentos necessários.

A partir do momento em que *gays* e lésbicas ingressaram na arena política, questionando a definição da homossexualidade como doença ou crime e reivindicando o reconhecimento da legitimidade de suas parcerias afetivo-sexuais, tornou-se possível pensar na existência de um casal de pessoas do mesmo sexo e de um estatuto familiar.

Conforme Mello (2005):

Nesse contexto, a afirmação de valores individualistas e democráticos e a construção de éticas conjugais variadas têm assumido um lugar de importância central tanto para o questionamento dos fundamentos do heterocentrismo vigente no âmbito da sexualidade, do amor, do casamento e da família quanto para uma crescente aceitação dos projetos amorosos e familistas dos homossexuais (p. 44).

O reconhecimento de relações entre pessoas do mesmo sexo¹² faz surgir gradativamente o questionamento do sistema de gênero, desde a divisão das

¹² “(...) a formulação de expressões, ainda que bem-intencionadas, como “homoafetividade”, revela uma mentalidade homonormativa. Conservadora, na medida em que subordina os princípios de liberdade, igualdade e não discriminação, centrais para o desenvolvimento dos direitos sexuais (RIOS, 2007) a uma lógica assimilacionista; discriminatória porque, na prática, distingue uma condição sexual “normal”, palatável e “natural” de outra assimilável e tolerável, desde que bem comportada e “higienizada”. Com efeito, a sexualidade heterossexual não só é dizível como tomada por referência para nomear o indivíduo

tarefas domésticas, à socialização de crianças por casais de *gays* e de lésbicas, e contribui com o processo geral de transformação das representações e práticas sociais relativas à sexualidade, ao amor e à família, o que tem colaborado para a construção de uma sociedade em que diversas formas de expressão sejam respeitadas.

Porém, mesmo tendo alguns aspectos semelhantes ao do casamento heterossexual, os homossexuais, em geral, os *gays* e as lésbicas não podem contar com o apoio de familiares, vizinhos e colegas de trabalho, como ocorre com os casais heterossexuais.

E ao se referir à parentalidade de *gays* e lésbicas, o que fica explícito, na opinião pública, é a suposta incapacidade de homossexuais para socializar crianças, associada a uma insalubridade moral da família. Porém segundo Rotello (*in* MELLO 2005: 48), os estudos sobre parentalidade de homossexuais mostram que crianças criadas por *gays* ou lésbicas são tão saudáveis quanto as outras, e que essas mesmas crianças não tendem a ser homossexuais, numa proporção maior do que crianças socializadas por heterossexuais, e nem possuem características de personalidade ou comportamental, em decorrência da orientação sexual de seus pais, que as colocam em situação de desvantagem social (BADINTER, 1993; PATTERSON, 1995; SULLIVAN, 1996; FLAKS, 1997 *in* MELLO, 2005: 48).

Todavia, a discussão sobre conjugalidade e parentalidade homossexual não se resume apenas ao modelo de família nuclear, mas extrapola para a construção de uma sociedade na qual as várias formas de expressão do amor e do desejo sexual sejam respeitadas.

O modelo de família moderna, hegemônico no mundo ocidental, é entendido como uma construção econômica, política, social e cultural, demarcada temporal e espacialmente (MELLO, 2005), e as expressivas transformações do último século, pela qual a família se constrói, têm afetado a família e o casamento, principalmente nas sociedades em que a inserção das

“naturalmente” detentor de direitos (o heterossexual, que não necessita ser heteroafetivo), enquanto a sexualidade do homossexual é expurgada pela “afetividade”, numa espécie de efeito mata-borrão.” (RIOS, 2010: 42).

mulheres na esfera pública e a consequente conquista de direitos formais de cidadania desafiam a hierarquia sexual.

Percebe-se como muitos relacionamentos homossexuais e muitas de suas reivindicações, como, por exemplo, o casamento e adoção, estão pautados no modelo heteronormativo.

É nesse contexto de lutas e reivindicações que, em 1973, a homossexualidade foi retirada do Código Internacional de Doenças (CID). Porém, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais, somente no dia 17 de maio de 1990, declarando que "a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão". No Brasil, a homossexualidade foi retirada da relação de doenças pelo Conselho Federal de Medicina, em 1985, alguns anos antes da OMS.

O segmento LGBT tem avançado significativamente no que se refere aos espaços da vida privada, mas sofrido resistências no reconhecimento de sua legitimidade na vida pública.

Porém, em relação ao que Prado e Machado (2008) chamaram de “espetacularização produzida pela mídia”, na maioria das vezes:

(...) o que importa não é construir uma reflexão sobre esta multiplicidade plástica das sexualidades que diferencia e agrega todos nós. Ao contrário, o que está em questão no mercado midiático é a *performance*, e quanto mais exagerada, mais caricaturada ela for, mais é capturada pelas câmeras e, seguidamente, pelos telespectadores anônimos espalhados por todas as regiões – quase independentemente de um contexto. Esta espetacularização caricata das sexualidades pode ser identificada tanto na produção ficcional de nossa cultura midiática homogeneizante que reproduz e reforça estereótipos, quanto na veiculação jornalística das aparências, na qual a verdade antecede os fatos e, atenuando a diferenciação entre ficção e realidade, dificulta que estas vivências privadas se legitimem como demandas (p. 14).

1.6 Diversidade Sexual na Pauta das Políticas Públicas: Entre Reivindicações, Conquistas e Desafios

O programa Brasil Sem Homofobia foi elaborado por uma comissão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e pelo Ministério da Saúde, com a participação de vários ativistas e organizações militantes. Visando efetivar esse compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lançou o Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais (GLTB) e de Promoção da Cidadania Homossexual, com o objetivo de “promover a cidadania GLBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (CONSELHO, 2004).

O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 definiu, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Violência e à Discriminação contra Homossexuais.

Em seus dez itens, prevê um conjunto bastante amplo de ações, com destaque para a política destinada a mulheres lésbicas e a articulação do combate ao racismo e à homofobia.

Entre as ações, destacam-se: (i) as que visam capacitar o Estado, especialmente instituições escolares, policiais, judiciais, de saúde e de fiscalização do trabalho, a atuar de modo não discriminatório, seja com a mudança de suas práticas, seja pela criação de novos dispositivos, como Disque-Denúncia e centros de referência nas Secretarias Estaduais de Segurança Pública; (ii) o incentivo à participação de lideranças do movimento nos diferentes conselhos e mecanismos de controle social do governo federal; (iii) a produção de conhecimento sobre violência e discriminação homofóbica e sobre as condições de saúde de *gays*, lésbicas, travestis e transexuais; (iv) e, finalmente, o apoio a iniciativas brasileiras no plano internacional no sentido do reconhecimento e proteção dos direitos LGBT e à criação de uma Convenção Internacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos.

O programa propõe ações que apoiam projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; bem como a capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; e buscam viabilizar a disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e especialmente, incentivar a denúncia de violação dos direitos humanos do segmento GLTB (CONSELHO, 2004). Dentre as ações do programa, inclui-se a implantação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia, foco desta discussão.

Um outro perigo à espreita parece advir da íntima relação que passa a unir sociedade civil e Estado, representados cada vez mais frequentemente como “parceiros” em uma empreitada comum. Atualmente, torna-se quase impossível separar tais entes. Cabe ao Movimento LGBT refletir sobre o quanto, na busca por recursos e por reconhecimento, tem sido arrastado para o interior das teias administrativas. De um lado, se o estreitamento dos laços entre organizações da sociedade civil e o Estado pode “empoderar” tais organizações, pode também limitar seu potencial crítico, criando situações de clientelismo e cooptação. Se o imperativo da visibilidade e no nível das políticas públicas fortalece certas identidades ou grupos, também os expõe a um controle mais minucioso por parte de diferentes instâncias do poder estatal. (CARRARA, 2010: 57)

Irineu (2009) também analisa a relação entre sociedade civil e governo em relação ao Brasil sem Homofobia, sobressaindo a desresponsabilização do Estado no que tange a suas ações.

(...) entendemos que intenções como as propostas no PPA 2004-2007, significam um ato de transferência de responsabilidades, dissuadido pela falácia de uma pseudo-participação – na qual a categoria sociedade civil aparece notoriamente no discurso governamental enquanto co-partícipe da transformação de uma sociedade injusta e excludente em uma sociedade justa e solidária. No que tange às demandas LGBT e ao BSH, a execução das ações tem sido centralizadas nas mãos das ONGs de ativismo, o que

parece mais uma forma de desresponsabilização do Estado do que uma proposta de autonomia à sociedade civil a desenvolver serviços sociais (p. 59-60).

Ao se referir a atores que têm se posicionado de forma surpreendentemente progressista no que diz respeito aos direitos LGBT, Carrara (2010) diz que:

(...) boa parte do protagonismo é, entretanto, reservado ao governo federal, ao chamado poder executivo que, articulando-se ao Movimento LGBT, tem desenhado políticas públicas abrangentes e mobilizado recursos simbólicos e materiais cada vez mais significativos no sentido de tornar o próprio movimento mais visível e de atender às suas demandas (p. 52).

Torna-se um dos muitos desafios dos movimentos LGBT provocar respostas do Estado, relacionadas à esfera dos direitos sociais, aliada à consolidação/expansão das conquistas empreendidas no campo dos direitos civis e políticos.

Rios (2005) defende que se trata, portanto, de pensar na afirmação de um direito democrático da sexualidade que rompa com o tratamento subalterno reservado a mulheres, homossexuais, soropositivos, crianças ou adolescentes, percebidos, numa visão tradicional, mais como objetos de regulação do que portadores de direitos.

Portanto, identifica-se a necessidade de políticas públicas que atuem na educação contra a homofobia, que perpassem por uma educação não sexista construída numa perspectiva de direitos humanos, e que consiga subverter os valores heteronormativos, percebidos aqui como valores que definem representações, teorias e práticas sociais que pressupõem a naturalidade da heterossexualidade e de suas manifestações (LOURO, 2001; RIOS, 2007).

Isso requer exercício democrático, compromisso com a cidadania, preservando, ampliando e viabilizando conquistas legais, colocados em sua realidade efetiva, visto que:

A atividade política (no mais amplo sentido da expressão), a atividade que dirige o movimento e mobiliza as grandes integrações, pode ter êxito apenas quando se coloca na altura de um pensamento isento de preconceitos (HELLER, 2008: 73).

Mesmo com as dificuldades apontadas, é possível afirmar que determinados segmentos da sociedade vem respondendo positivamente aos desafios: a mobilização de profissionais, intelectuais, comunidade, organizações governamentais e não governamentais, revelam a qualidade das respostas sociais, e apontam novas necessidades de enfrentamento.

Segundo Carrara (2010):

Contudo, mesmo com eventuais “derrotas”, a estrutura geral da Constituição, explicitadamente comprometida com o respeito aos direitos humanos e a implementação de compromissos firmados nos tratados internacionais, tem permitido a juízes e tribunais desdobrarem os seus princípios fundamentais no sentido de garantir, de fato, certos direitos e contribuir para a criação de novas leis relativas às minorias sexuais. A Carta de 1988 deve ser considerada, portanto, marco fundamental a partir do qual a sexualidade e a reprodução instituem-se como campo legítimo de exercício de direitos no Brasil. Atualmente, é em torno dela que, da perspectiva da sociedade civil, são organizadas as demandas por reconhecimento de direitos e, da perspectiva do Estado, são geradas políticas públicas, instrumentos legais e decisões judiciais para responder a tais demandas (p. 47).

Os direitos de pessoas do segmento LGBT, compreendidos como questões previdenciárias, adoção, declaração de afeto em espaços públicos ou de mudança de nome e sexo em certidões de nascimento, mesmo que muitas vezes nada tenha a ver diretamente com a sexualidade, vêm sendo compreendidos como “direitos sexuais”, pois, segundo Carrara (2010):

(...) dado o fato de os processos sociais e políticos de estigmatização e discriminação que deles privam pessoas LGBT envolvem historicamente determinados valores relativos à sexualidade. Dito de outro modo, conforme

construídos contemporaneamente no Brasil, direitos sexuais referem-se a prerrogativas legais relativas ou à sexualidade ou a grupos sociais cujas identidades foram forjadas sobre formas específicas de desejos e de práticas sexuais (p. 48).

As reivindicações atuais do movimento LGBT brasileiro se apresentam como: direito de reconhecimento legal de relações entre pessoas do mesmo sexo, adoção conjunta de crianças, livre expressão de sua orientação sexual e ou de gênero em espaços públicos, redesignação do “sexo” e mudança do nome em documentos de identidade, acesso a políticas de saúde específicas e, ainda, mais fundamental, proteção do Estado em relação à violência por preconceito (CARRARA, 2010).

Apesar de muita discussão e repercussão midiática, no plano do legislativo federal, nenhuma lei importante relativa ao reconhecimento de direitos da população LGBT foi até o momento aprovada. De um modo geral, podemos dizer que o imobilismo e o conservadorismo têm marcado a ação do Congresso Nacional em relação ao tema. (CARRARA, 2010, p. 49)

As chamadas bancadas religiosas, a evangélica e a católica, exercem grande influência sobre o Congresso Nacional, o que justificaria tal imobilismo em relação a legislações em prol de indivíduos LGBT.

Nas atuais discussões sobre o projeto de lei que criminaliza a homofobia, por exemplo, representantes das duas bancadas levantam contra o projeto a tese de que ele cercearia a liberdade de expressão ou opinião, que, nesse caso, significa a “liberdade” de condenar publicamente a homossexualidade a partir de interpretações da Bíblia. (CARRARA, 2010: 50)

Diante do posicionamento (ou, melhor dizendo, do não posicionamento, ou, ainda, um posicionamento baseado na omissão) do Poder Legislativo federal, o Judiciário vem sendo requisitado a atender demandas relativas à população LGBT, estendendo, assim, de modo notório, direitos antes negados.

A relação entre o direito, entendido como ordenamento jurídico (isto é, o conjunto de instrumentos normativos estatais vigente num determinado momento, englobando atos legislativos e decisões judiciais) e a sexualidade não é novidade. Tradicionalmente, o direito foi produzido como instrumento de reforço e de conservação dos padrões morais sexuais majoritários e dominantes. Vale dizer, o direito atuou confirmando determinadas relações e práticas sexuais hegemônicas. Exemplos disto são, ao longo da história, a naturalização da família nuclear pequeno-burguesa, as atribuições de direitos e deveres sexuais entre os cônjuges e a criminalização de atos homossexuais. (RIOS, 2010: 35)

As formas violentas dirigidas a homossexuais também têm recebido progressivamente tratamento mais rigoroso por juízes e tribunais. Um dos casos mais emblemáticos foi o assassinato de Édson Nérís, em fevereiro de 2000, ao ser linchado por um grupo de *skinheads* ao caminhar de mãos dadas com outro homem, na Praça da República, em São Paulo. Para Carrara (2010):

A relevância deste caso está, em primeiro lugar, na sua caracterização como “crime de ódio” pelo promotor encarregado da acusação, algo que até então não havia ocorrido no Judiciário brasileiro. Além disso, a severa condenação dada pelo júri popular aos principais acusados – em torno de 20 anos – e o próprio texto da sentença, enfatizando o direito à igualdade das vítimas, independente de sua “orientação sexual”, tornam o caso um marco emblemático nos debates acerca da violência contra homossexuais. Cabe ressaltar que embora alguns casos de assassinatos de homossexuais tenham tido destaque na mídia em momentos anteriores e sido alvo de condenações, o exame dos processos judiciais revela uma visão bastante estereotipada da homossexualidade, condenada como um estilo de vida perigoso ou mesmo como uma patologia (p. 51).

A falta de legislação faz com que as decisões judiciais tomem ora um direcionamento ora outro. De qualquer forma, o que podemos chamar de novos direitos vêm sendo reconhecidos por derivação dos princípios gerais que inspiram a Carta de 1988.

O que importa, portanto, é visualizar os direitos sexuais a partir dos princípios fundamentais que caracterizam o paradigma dos direitos humanos, criando as bases para uma abordagem jurídica que supere as tradicionais tendências repressivas que marcam historicamente as atuações de legisladores, promotores, juízes e advogados nesses domínios. A partir desta perspectiva, estabelecem-se as bases para, superando as regulações repressivas, concretizarem-se os princípios básicos da liberdade, da igualdade, da não discriminação e do respeito à dignidade humana na esfera da sexualidade (RIOS, 2010: 36).

É pela perspectiva dos direitos humanos que se inscreve a luta pelo reconhecimento e a promoção dos direitos de homossexuais como um caso emblemático da necessidade de compreensão dos direitos sexuais.

Com efeito, as trajetórias até hoje percorridas neste esforço demonstram como os mencionados princípios fundamentais são hábeis a proteger indivíduos e grupos considerados minoritários em face dos padrões sexuais dominantes. Trata-se de afirmar a pertinência da sexualidade ao âmbito de proteção dos direitos humanos, deles extraindo força jurídica e compreensão política para a superação de preconceito e discriminação voltados contra todo comportamento ou identidade sexuais que desafie o heterossexismo, ora entendido como uma concepção de mundo a partir da ideia de “superioridade” e de “normalidade” da heterossexualidade. (RIOS, 2010: 37)

Além do direito à privacidade e de liberdade, relacionados de modo indissociável, está também o direito à não discriminação, em virtude de orientação sexual, que se caracteriza como “outro direito humano decisivo para a proteção de homossexuais em face da homofobia e do heterossexismo” (RIOS, 2010: 38)

Tanto na sua dimensão formal (“todos são iguais perante a lei”), quanto na sua dimensão material (“tratar igualmente os iguais e desigualmente os iguais, na medida de sua desigualdade”), o direito de igualdade não se compadece com tratamentos prejudiciais baseados na orientação sexual.

Desse modo, restrições de direitos não autorizadas em lei (por exemplo, a proibição de manifestações de carinho entre homossexuais idênticas àquelas admitidas para heterossexuais), bem como preterições de direitos fundadas em preconceito (por exemplo, justificar a exclusão de *gays* e *lésbicas* da possibilidade de adotar sob o pretexto de danos à criança), caracterizam violação do direito de igualdade, diretamente vinculada ao âmbito dos direitos sexuais (RIOS, 2010: 38).

Segundo Rios (2010), a proteção da dignidade é outro direito humano básico com repercussões imediatas para o exercício dos direitos sexuais inseridas no âmbito da diversidade sexual.

Compreendida como o reconhecimento do valor único e irrepetível de cada vida humana, merecedora de respeito e consideração, este direito humano requer que, na esfera da sexualidade, ninguém seja vilipendiado, injuriado ou qualificado como abjeto em virtude de orientação sexual diversa da heterossexualidade. Implica também que os projetos de vida, concernentes a tão importante dimensão da subjetividade, não sejam impostos por terceiros ao sujeito, de forma heterônoma, fazendo do indivíduo um meio para o reforço de determinadas visões de mundo, a este externas e alheias. A violação a este princípio tão fundamental no regime jurídico dos direitos humanos é recorrente: basta atentar para os constrangimentos e imposições experimentados por aqueles que não se conformam a valores, costumes e tradições, de ordem secular ou religiosa, que grupos sociais empunham e reclamam submissão (p. 39).

1.7 Serviço Social, Direitos Humanos e Diversidade Sexual: Um Diálogo Necessário

A sociabilidade humana sob a égide do capital é marcada por profundos antagonismos, contrapondo os interesses do capital com os interesses do trabalho, permanecendo os interesses daquele materializados de forma hegemônica.

Deste modo, toda a vida dos indivíduos, em todas as suas manifestações é, de algum modo, colocada sob a ótica do capital. Desde o trabalho

propriamente dito, até as manifestações mais afastadas dele, como a religião, os valores morais e éticos, a afetividade e as relações pessoais. O que não significa (...) que os aspectos, em sua totalidade, estejam subsumidos ao capital. Se assim fosse, sequer os indivíduos poderiam existir como indivíduos. Esta afirmação significa, apenas, que nenhum aspecto da vida social e individual, hoje, deixa de ser perpassado pelos interesses do capital. (TONET, 1999: 102)

Aspectos da sociabilidade do capital se entranham de forma singular: o sentimento de posse, pessoas como mercadoria, autoritarismo, individualismo, egoísmo, ficando evidente que práticas de dominação sexual vão se reproduzir em cada uma dessas formas de expressão da sexualidade, bem como entre si.

O modo de ser capitalista é fundado em uma sociabilidade regida pela mercadoria, ou seja, em uma lógica mercantil, produtora de comportamentos coisificados, expressos na valorização da posse material e espiritual, na competitividade e no individualismo; um modo de ser dirigido a atender às necessidades desencadeadas pelo mercado. (BARROCO, 2010: 157)

No que se refere aos profissionais de Serviço Social, muitos estão empenhados na construção de um Estado democrático e de direito responsável pelas políticas sociais e, por conseguinte, com o direito de todos, o que inclui a diversidade sexual (FROEMMING, 2008).

Contra o moralismo conservador e a moralidade burguesa, as perspectivas éticas oriundas do processo de lutas das classes trabalhadoras apontam para projetos de emancipação humana, colocados no horizonte de uma nova moral e de uma nova sociedade, capaz de criar condições para a vivência e universalização da liberdade. (BARROCO, 2004: 33)

O Projeto Profissional¹³ da categoria dos Assistentes Sociais é evidenciado por seus pilares, como a lei de regulamentação da profissão, as diretrizes curriculares e, principalmente, o código de ética de 1993.

Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrosocietárias, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2007: 222)

O projeto profissional requer exercício democrático, compromisso com a cidadania, preservando, ampliando e viabilizando conquistas legais, colocado em sua realidade efetiva. Afirmando sua posição com o compromisso da transformação da realidade social, o Código de Ética dos Assistentes Sociais é explícito já em seus 11 princípios básicos, considerando em específico os seguintes:

1. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
2. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
6. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos sociais discriminados e à discussão das diferenças;
11. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social,

¹³ “O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos.” (IAMAMOTO, 2007: 223)

gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Tais princípios ético-políticos, alicerçados em valores como democracia, liberdade, pluralismo, equidade e justiça social, efetivados no Código de Ética Profissional de 1993, reforçam o compromisso com processos de trabalho afirmativos, e não reiteradores de expressões de dominação e opressão, se estendendo não só à categoria profissional como à população usuária.

A efetivação desses princípios remete à luta no campo democrático-popular por direitos que acumulem forças políticas, base organizativa e conquistas materiais e sociais capazes de dinamizar a luta contra-hegemônica no horizonte de uma nova ordem societária, em que o homem seja a medida de todas as coisas. E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade. (IAMAMOTO, 2007: 226)

Para Behring e Boschetti (2007), vem sendo assumida e defendida em diferentes dimensões a perspectiva de direitos e de cidadania orientada pelo projeto ético-político.

Do ponto de vista teórico, vários intelectuais, pesquisadores, professores e estudantes vêm realizando pesquisas e produções que sustentam um padrão de direitos, cujos princípios se coadunam e reforçam aqueles expressos no projeto ético-político. No âmbito político-profissional, as entidades da categoria vêm envidando esforços memoráveis na disseminação de uma concepção de direitos sintonizada e orientada pelo projeto ético-político profissional, seja pela via da organização coletiva e articulação com movimentos sociais, seja pela realização de debates e socialização de informações, seja pela inserção nos espaços coletivos de controle democrático das políticas sociais que materializam direitos, seja, por fim, pela

via do acompanhamento e qualificação da intervenção profissional nos espaços sócio-ocupacionais (p. 194).

Segundo Dallari (2003), a Declaração Universal de 1948 foi a proclamação solene da rejeição do individualismo egoísta e do materialismo mal disfarçado, implantados no mundo ocidental no fim do século 18, utilizando o rótulo do liberalismo e, no entanto, só cuidando da liberdade dos privilegiados econômicos.

O debate dos direitos humanos começa a valorizar o sujeito de direito, a partir da Declaração de Viena, em 1993.

Isto coloca no centro do debate a ultrapassagem da concepção de sujeito abstrato, fixo, idêntico, e dá lugar à busca do sujeito uno, porém reconhecido nas suas experiências concretas e determinações particulares, como por exemplo, nas dimensões étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geração e outras (VINAGRE e PEREIRA, 2007: 55).

O Conselho Federal de Serviço Social, juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social, posiciona-se enquanto categoria profissional por meio da Resolução 489, de 3 de junho de 2006, estabelecendo normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual de pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional.

Em maio do mesmo ano, após aprovação no 39^o Encontro Nacional do Conselho Federal do Serviço Social (Cfess)/Conselhos Regionais de Serviço Social (Cress), apresenta o projeto da Campanha pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual, nomeada de Assistente Social na Luta contra o Preconceito: Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual. Desde então, o conjunto Cfess/Cress vem apoiando o movimento LGBT em vários espaços, como manifestos em comemoração ao Dia Internacional do Orgulho LGBT, celebrado no dia 28 de junho, apoiando o Projeto de Lei Complementar

(PLC) 122/2006 que propõe a criminalização da homofobia, e que veio a ser aprovado em novembro de 2009.

Dentre as deliberações, no eixo Ética e Direitos Humanos, há uma proposição que visa aproximar a categoria profissional do debate contemporâneo acerca do uso do nome social nos espaços públicos e privado, e no acesso à políticas públicas para a população LGBT, considerando o respeito à diversidade de orientação sexual e à identidade de gênero.

Para Silvana Santos (2010), coordenadora da Comissão de Ética e Direitos Humanos do Cfess – gestão 2008-2011, as campanhas:

(...) interferem nas condições de trabalho ao possibilitarem a categoria refletir sobre temas polêmicos, em geral permeados no cotidiano por concepções que reiteram discriminação e preconceitos. Essas questões, ao serem trabalhadas no universo profissional contribuem para desmistificar e evidenciar situações consolidadas de opressão que levam os indivíduos, muitos dos quais usuários do Serviço Social, a viver sob o signo da violência e da violação de direitos. (p. 707)

Khoury (*in* MARTINELLI 2001), ao discutir os desafios da profissão na atualidade, ressalta que a emergência de novos sujeitos sociais chama a atenção para a complexidade, para a diversidade e para a pluralidade do social, trazendo a dimensão política da reflexão teórica, que permite repensar a história e outras áreas do saber em suas certezas, critérios e procedimentos cristalizados.

É necessário trabalhar não como uma verdade acabada e inquestionável, mas como um saber em permanente construção, articulado às próprias transformações da sociedade mediada por interesses e valores. Procurar superar o círculo vicioso das explicações sistêmicas da política e das visões restritas da realidade social e das relações de poder, no qual homens e mulheres retornam como sujeitos, na construção da luta e sua identidade. Recuperar a dimensão política da reflexão teórica, construir caminhos de diálogo

entre as áreas do saber e a realidade social, na construção de relações mais democráticas nas sociedades contemporâneas (MARTINELLI, 2001).

Portanto, é no cotidiano, enquanto categoria insuprimível da vida social, podendo ser de repetição, mas também de transformação, do novo, que os trabalhadores e intelectuais devem buscar propostas de democratização do próprio conhecimento, incorporando sujeitos sociais excluídos das explicações históricas e buscando compreender as razões e maneiras de sua exclusão social. “É nesta relação – prática social e vida cotidiana – que está a origem motivacional de nosso estudo. Nossa prática social, como assistentes sociais, se faz com e na vida de todos os dias dos grupos sociais oprimidos” (CARVALHO, 2005: 13).

Sendo assim, todos os profissionais devem ter clareza da concepção e implicações da diversidade sexual para que possa exercer um trabalho socioeducativo condizente com as contradições dessa sociedade que no seu desenvolvimento produz e reproduz a heteronormatividade, pactuando, mesmo sem querer, com a exclusão social do segmento LGBT.

Assim, é preciso lembrar que a agenda política dos Assistentes Sociais deve ser radical no combate à exploração e à opressão de classe, ao racismo, à xenofobia, fundamentalismos e outras formas de intolerância, como a homofobia e a lesbofobia, tenho como norte o ideal socialista de uma ordem libertária. (VINAGRE e PEREIRA, 2007: 54)

CAPÍTULO 2. Travestilidade: Corpo, Gênero e Sexualidade

A realidade social envolve incontáveis aspectos, seu conhecimento é inesgotável, o que faz com que a pesquisa nas ciências sociais tenha a missão de contribuir para o conhecimento, sabendo, contudo, que o resultado de uma pesquisa não é uma verdade final, um resultado inquestionável, mas o resultado possível em face dos pressupostos teóricos do pesquisador e decorrente das narrativas e dos dados analisados (LANG, 2000).

Segundo Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa:

(...) tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é um outro elemento muito importante – o contato direto com o sujeito da pesquisa (p. 21).

A metodologia da História Oral apresenta-se dentre os mais variados meios utilizados para se conhecer a realidade. Trata-se de uma metodologia qualitativa de pesquisa, adequada ao conhecimento do tempo presente que permite reconhecer a realidade passada e presente, pela experiência e pela voz daqueles que a viveram (LANG, 2000).

O referencial teórico delinea sob qual perspectiva o problema está sendo colocado e oferece parâmetros através dos quais as narrativas e os dados serão analisados e interpretados para responder ao problema (LANG, 1998).

2.1 Considerações Metodológicas

Foram entrevistadas três voluntárias, com a intenção de analisar “como pensam sua problemática? que significados atribuem às suas expectativas? como vivem a sua vida?” (MARTINELLI, 1999: 20), e entender os fatos mais próximos das sujeitas que repercutem diretamente em suas vidas.

Sabe-se que o cuidado ético do pesquisador deve ser observado para que as sujeitas da pesquisa não sejam vistas no campo do “exótico” ou do “cômico”, ou, ainda, não “heroicizá-las” ou “vitimizá-las”, porém se faz necessário considerar os espaços de sociabilidade dessas sujeitas em seu cotidiano.

A aproximação com as três sujeitas aconteceu, a princípio, pela internet, através do *site* de relacionamentos e rede social chamado Orkut, e posteriormente por MSN¹⁴ e, por último, por contato telefônico.

As participantes foram orientadas sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, permanecendo uma cópia com elas e outra com o pesquisador¹⁵.

As pesquisas foram aplicadas em locais, data e horário escolhidos pelas entrevistadas, no período de março e abril de 2011 e os nomes escolhidos por elas próprias, foram os sociais.

No momento da entrevista, foi solicitado às sujeitas que escolhessem uma foto delas para compor o trabalho, a qual foi enviada por *e-mail* posteriormente.

Importante destacar o cuidado do pesquisador ao realizar, ele próprio, a transcrição das entrevistas. As falas foram respeitadas com fidelidade, de acordo com as fontes.

Sabe-se que o número de sujeitas não é representativo, porém se caracteriza apenas como uma aproximação com experiências de vidas localizadas e situacionais, que contribuirão para ampliar os problemas para o campo do Serviço Social na intersecção com as questões de direitos humanos, gênero, identidade de gênero, sexualidade e políticas públicas.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a reflexão da problemática acerca do cotidiano dessas sujeitas, proporcionando visibilidade às suas lutas.

¹⁴ *Messenger* - Software de troca de mensagens instantâneas pela internet.

¹⁵ Foi garantido o preenchimento, no referido termo, com o nome social das entrevistadas.

2.2 Travestilidade: “*Ta Pensando que Travesti É Bagunça?*”¹⁶

O lugar social reservado para os que transpõem os limites das referências heteronormativas é o do desconhecimento, discriminação e exclusão, e as travestis podem ser consideradas as principais protagonistas desse processo, pois têm a vivência prática da desconstrução dessa normativa.

A incompreensão sobre a identidade de gênero (seu devido valor na sexualidade humana e possíveis expressões vivenciadas a partir de seu estabelecimento) tem ocasionado violento processo de discriminação de travestis.

Faz-se necessário inserir os discursos e valores de gênero como fatores organizadores dos processos sociais. Os processos de transformação do gênero, exemplificados no caso das travestis e suas construções corporais, contribuem para ampliar a compreensão dos processos culturais de construção do corpo, do gênero e da sexualidade, o que, por sua vez, contribui para afastar imagens exóticas e das perspectivas vitimizantes, que ainda são correntes no senso comum (BENEDETTI, 2005).

Verificando a história, podemos perceber que não é só no tempo presente que experiências de "transformações de gênero" aparecem. Já na primeira metade do século 20, encontramos referências sobre a "instituição das *berdaches*" entre algumas comunidades "simples" da América do Norte. As *berdaches* eram indivíduos que, nascidos homens, passavam a adotar vestimentas e comportamentos femininos, executavam tarefas e atividades nitidamente destinadas às mulheres e praticavam sexo com homens, geralmente no papel passivo. Esses indivíduos eram reconhecidos como pertencentes ao gênero feminino e desfrutavam de papéis sociais legítimos, e, às vezes, específicos nas culturas em que viviam (BENEDETTI, 2005).

¹⁶ A frase foi expressa por uma travesti ao agredir um suposto cliente que desiste de um programa. A cena foi filmada por um programa jornalístico e teve grande repercussão na internet, no YouTube, um *site* que permite que seus usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital. Outros vídeos de travestis no referido *site*, como os de Vanessão de Gi Paraná e de Laila Dominique, são muito acessados.

Os principais fatores de diferenciação entre travestis, transformistas e transexuais, se encontram no corpo, suas formas e seus usos, bem como nas práticas e relações sociais.

Travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo para aproximá-lo o máximo possível com o das mulheres, vivendo e se vestindo como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem desejar, no entanto, recorrer à cirurgia de transgenitalização. No que tange às transexuais, a principal característica que as define nesse meio é a reivindicação da cirurgia de mudança de sexo, como condição primordial da sua transformação, sem a qual permaneceriam em sofrimento e desajuste subjetivo e social. As transformistas, por sua vez, promovem intervenções leves sobre as formas masculinas do corpo, assumindo as vestes e a identidade feminina somente em ocasiões específicas. Não faz parte dos valores e práticas associadas às transformistas, por exemplo, circular durante o dia *montada*, isto é, com roupas e aparência femininas (BENEDETTI, 2005).

Segundo Bento (2008) tanto a transexualidade quanto a travestilidade são construções identitárias que se localizam no campo do gênero e representam respostas aos conflitos gerados por uma ordem dicotomizada e naturalizada para os gêneros.

Por estarem referenciadas no gênero, é comum escutarmos mulheres transexuais diferenciando-se radicalmente das travestis.

“Transexual é uma coisa e trava [travesti] é outra. São muitas as diferenças. Elas são gritantes. Hoje não sou operada e nem por isso ‘vivo como travesti’. Travestis são pessoas que se sentem em parte como mulher, e até aceitam alguns caracteres masculinos... normalmente não pretendem realizar a SRS [sex reassignment surgery/cirurgia de redesignação sexual]. Vivem na condição feminina e masculina ao mesmo tempo e, não necessariamente, são pessoas prostituídas, muitas vezes, se estão na prostituição, isso se dá por falta de opção de emprego, já que são muito discriminadas, não conseguem emprego e são criticadas até por *gays*, lésbicas e transexuais. Muitas transexuais estão vivendo como travestis, um pouco por não saberem

se são exatamente transexuais e um pouco por falta de opção.” (*texto escrito para um grupo de discussão na internet*) (BENTO, 2008: 55).

Segundo Pelúcio (2005), as travestis adotam uma série de termos vindos do *ioruba-nagô*, compondo uma espécie de gíria conhecida como *bajubá*, *pajubá* ou *bate-bate*.

Ao se referir ao *bajubá*, como é chamado em Campinas, Thiago Duque (2009) refere que o dialeto é definido pelas travestis como sendo oriundo dos espaços sagrados das religiões afrodescendentes. Esse vocabulário tem sido transmitido nos vários ambientes que as travestis frequentam, como boates, bares, Organizações não Governamentais (ONGs) voltadas para a diversidade sexual, encontros nacionais ou regionais de militantes travestis. Também já é empregado em programas humorísticos e usado por diversos personagens em novelas brasileiras.

2.3 Caracterização das Sujeitas

Ísis tem 28 anos, é solteira e cursou o ensino médio. No momento encontra-se desempregada, e como em seu último emprego não era registrada em carteira, não tem direito ao seguro-desemprego. Mora com os pais, em casa própria. O local escolhido por ela para a entrevista foi uma praça da cidade, muito utilizada por pessoas para caminhada e prática de esportes.



Foto 1: Ísis

Na noite anterior à entrevista, estava muito ansioso, principalmente por se tratar da primeira, portanto resolvi sair mais cedo de casa para não me atrasar no horário que Ísis havia definido. Assim que cheguei, fiquei aguardando em um dos bancos, e os minutos que antecederam sua chegada me serviram para testar a qualidade do som do gravador naquele espaço.

O motivo que me levou a convidar Ísis para participar da pesquisa foi o fato de, mesmo não tendo contato direto com ela, perceber o recente processo de transformação do corpo, a partir de espaços públicos, especialmente GLS. Ao relatar isso a ela durante a entrevista, Ísis se mostrou surpresa com tal percepção. Segundo ela, não imaginava que o fato poderia chamar atenção de pessoas estranhas. Até então eu era um estranho para ela, por não se lembrar de mim nos mesmos espaços.

Yara tem 26 anos, é solteira, cursa o supletivo e está concluindo o ensino médio, trabalha como profissional do sexo desde os 18 anos de idade, mora com a mãe e dois irmãos em casa alugada.



Foto 2: Yara

Durante o período de 2007, em que trabalhei no Centro de Referência em Direitos Humanos LGBT de São José do Rio Preto, me lembrava da presença de Yara em palestras e reuniões desenvolvidas pelo projeto, mas o contato para a pesquisa só se deu mesmo da mesma forma que o de Ísis, isto é, via internet.

O horário da entrevista definido por ela foi depois da saída da escola, às 22h30, e antes de seguir para o trabalho. Combinamos o encontro em uma avenida próxima à sua casa e de lá seguimos em meu carro, no sentido da avenida onde trabalha e, durante o percurso, paramos numa praça a pedido dela para realizar a entrevista.

A praça fica localizada numa avenida com intenso movimento de carros. Já era próximo das 23h e não havia ninguém na praça, apenas nós dois e foi ali que aconteceu a segunda entrevista.

Patrícia é casada, vive com o marido em casa própria, tem 30 anos, cursa o primeiro ano de processo gerencial do ensino superior, trabalha como agente social e de direitos humanos há um ano e oito meses, numa Organização Não

Governamental de Direitos Humanos e sua entrevista foi realizada em seu espaço de trabalho, durante o expediente.



Foto 3: Patrícia

Todas elas nasceram e vivem em São José do Rio Preto. Com exceção de Isis, que se encontra sem renda no momento, Yara e Patrícia possuem renda média de um a três salários mínimos.

2.4 Travestilidades e Trajetórias de Vidas

2.4.1 O denominar-se travesti-transexual

O processo de constituir-se travesti-transexual, para as entrevistadas, pode apresentar-se de forma diferente, mas as confluências se dão na valorização do gênero feminino, unânime entre elas.

*como eu te disse, eu me denomino qualquer coisa que seja **ela**, feminina, nada de masculino. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011) (grifo nosso)*

Yara se identifica como transexual, porém refere não se importar em ser chamada de travesti e ressalta que exige ser respeitada no gênero feminino.

*Tanto faz você ser travesti ou transexual, mas tem que ser considerada **A** travesti, **A** transexual. (Yara - depoimento colhido em abril de 2011) (grifos nossos)*

Já Patrícia se reconhece como travesti, porém não concorda e problematiza o termo, que, de acordo com ela, não se adéqua à sua forma de vida:

isso é uma discussão nos fóruns de travestis nacionais, porque travesti no dicionário é uma pessoa que traveste de mulher, se eu ficar nua, você não vai achar que sou um homem, eu tenho seios, eu tenho formas, então eu acredito que tenha que usar uma outra forma de denominação, mas na que existe hoje, eu sou travesti (...) eu me denomino hoje como travesti porque é o que existe. (Patrícia - depoimento colhido em abril de 2011)

A questão do reconhecimento para as travestis, segundo Larissa Pelúcio (2010), é “desafiadora e problemática”.

Primeiro porque o próprio termo de reconhecimento e auto-reconhecimento está impregnado de significados depreciativos, o que tem custado às travestis

um grande esforço de resignificação; segundo porque, como discutem Don Kulick e Charles Klein (2003), as pessoas, em geral, no Brasil não conseguem definir o que seria de fato ser travesti. Essa dificuldade em localizá-las em uma definição segura de gênero e orientação sexual as faz fascinantes e perigosas, sedutoras e poluidoras, com sensível predominância dos segundos termos dessas díades. De fato, a indeterminação é sempre entendida como perigo. Ainda que as travestis também saibam se valer disso como forma de defesa (p. 77).

Para a autora, assim como para Benedetti (2005), travestis são pessoas que nascem com o sexo genital masculino, aceitando-o, convivendo sem grandes conflitos e que procuram aproximar seus corpos do gênero feminino, sem, contudo, se submeterem à cirurgia de redesignação sexual. “Via de regra, as travestis gostam de se relacionar sexual e afetivamente com homens, porém, ainda assim, não se identificam com os homens homo-orientados” (PELÚCIO, 2006: 524-525).

As travestis, além dessas intervenções e da apreensão de uma série de técnicas corporais que as distanciam dos padrões masculinos, buscam agir, em muitos momentos, segundo prescrições de comportamentos instituídos como femininos, sem esquecerem, em contextos específicos, que dentro delas “mora um rapaz”, expressão habitual no meio. (PELÚCIO, 2006, 524)

Segundo a autora, se apoiando em Henrietta Moore e a teórica *queer* Judith Butler, o conceito de travesti está estreitamente vinculado ao conceito de classe, uma vez que a ideia de sexo também é construída:

Moore alerta que “a experiência de ser uma mulher ou um negro ou um muçulmano não pode ser nunca uma experiência singular, sempre dependerá de uma multiplicidade de situações e posições que são construídas socialmente, ou seja, intersubjetivamente”. Em relação às travestis, considero essas relações de suma importância, pois me parece sintomático que a grande maioria seja proveniente das classes populares e média baixa, enquanto as transexuais, que se definem a partir de categorias próprias das

ciências médicas e *psi* (psiquiatria e psicologia, principalmente), sejam mais comuns nas classes média e média alta. (PELÚCIO, 2006: 525)

O conceito de travestilidades, criado por Peres (2005), para se referir à variedade de processos identitários pelos quais sujeitas travestis passam para se constituírem enquanto “femininas”, é utilizado também por Pelúcio (2007) em sua tese de doutorado por considerar que o termo “travesti, “(...) pode ser bastante simplificador quando busca contemplar a gama de possibilidades de se viver esta condição” (p. 18), buscando, dessa forma, alargar os aspectos de categorização identitária do termo travesti. Outras pesquisas também comungam dessa categoria, como a de Thiago Duque (2009).

A travestilidade aponta para a multiplicidade dessa experiência, ligada à construção e desconstrução dos corpos. Ainda que haja uma rigidez na gramática de gênero das travestis, há também uma patente fluidez na elaboração de categorias êmicas autotaxionômicas, uma vez que estas estão estreitamente ligadas a marcas identitárias que se associam ao trânsito dos corpos pelos territórios, o que se vincula, por sua vez, às transformações desses mesmos corpos. (PELÚCIO, 2007: 18)

Segundo ainda Pelúcio (2007) o próprio termo “travestilidade” vem sendo adotado por travestis ligadas ao movimento social pelos direitos das minorias sexuais para falar de sua condição:

(...) numa tentativa de resignificar o sentido das palavras “travestismo” e “travesti”. A ideia de apropriação de um termo sistemática e historicamente usado para ofender, patologizar e desqualificar é, segundo Judith Butler, uma das táticas políticas da **Teoria Queer** (...) (36).

Tiago Duque, em sua pesquisa de mestrado (2009), na cidade de Campinas, com travestis adolescentes, trabalha com a multiplicidade de experiências dessas pessoas, focando na construção e desconstrução dos corpos, das identidades e suas relações com as experiências subjetivas.

(...) o cenário atual das sexualidades é amplo, diverso e de difícil mapeamento, pois as fronteiras das culturas sexuais estão em constante modificação e interpenetração: o *gayzinho* de hoje pode vir a se tornar travesti, a travesti jovem pode se tornar *gay* ou ainda decidir por se reconhecer como transexual (DUQUE, 2009).

Explicita-se a recusa do reconhecimento como sujeito masculino e, por outro lado, busca-se a valorização do gênero feminino em todas as suas formas, *performances*, desejos, gestos, comportamentos, sentimentos presentes na fala das sujeitas, mesmo quando o processo de transformação ainda está no início.

you are born in a certain way, but from the moment you understand yourself as a person, you have your own wishes, your own desires, as you feel, as you behave, it is not adequate as you were, your head, your thoughts, your wishes, your interests, you live in that form, no, but I am a boy and I like being a boy, but I see a woman's dress, a form, everything that a woman likes, you are repairing, you are noticing that it is that form that you feel good, it attracts attention, because you could like being a boy, but if you behave like a boy, you feel good in that way, but no, you look, something is missing, you want to have a curve, you want to have a breast, a woman's form and from the moment you are becoming more feminine, you are feeling better with the same. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

Como muito bem observa Ísis, o fato de não fazer uso de hormônios e não possuir os seios com forma feminina, quer pelo uso de silicone líquido ou de próteses, não interfere em seu reconhecimento como travesti, questão essa emblemática inclusive entre elas.

from the moment you are, you are already like this, you start using women's clothes during the day, you are already a travesti, it doesn't matter if you have breasts or if you don't have breasts, because many people say like this: it is, you are still not a travesti because you don't have breasts, I say: people, but I already consider myself, it doesn't matter if people say to me that I am not, I consider myself like this. (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

Ísis segue afirmando, fazendo referência ao preconceito vivenciado, que ser travesti é:

Dar a cara pra bater nessa sociedade que a gente vive, hipócrita, homofóbica, preconceituosa, é ter muita força de vontade e, assim, e sem medo de nada, pra mim ser travesti é isso aí, e, outra, ser feliz consigo mesma, você se aceitar, você ser de bem com você. (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

2.5 Transformação do Corpo

Foi a partir dos 16 anos de idade que Yara, através do uso das roupas femininas e do cabelo que começava a crescer, iniciou seu processo de transformação. Colocou pequenas quantidades de silicone industrial nas pernas e nádegas, mas não obteve nenhum resultado. Começou a tomar hormônio por indicação de travestis mais experientes e há dois anos colocou prótese de silicone nos seios. Almeja fazer uma cirurgia plástica no nariz, mas tem receio e ainda está avaliando. Quer colocar próteses nas partes do corpo onde não obteve êxito com o silicone industrial – pernas e nádegas.

Yara lembra que se submeteu a tais procedimentos porque, além do pedágio pago às travestis mais velhas, as travestis mais jovens também eram obrigadas a se plastificarem¹⁷.

Segundo ela, hoje isso não acontece mais no município, e acredito que isso se dá porque percebe que as travestis estão mais politizadas e sabem dos seus direitos, porém, tem conhecimento de que em outras cidades essa realidade ainda é constante.

A relação entre travestis mais jovens e mais velhas pode ser estabelecida mediante o respeito, mas, sobretudo, de subordinação das primeiras para com as segundas, fazendo com que os espaços de trabalho das profissionais do

¹⁷ O termo expressa o sentido de se submeter a cirurgias plásticas.

sexo sejam demarcados por essas relações. O recorte geracional é determinante na disputa por lugares na pista¹⁸.

A transformação do corpo tem repercussões diversas na vida das travestis, como observa Ísis, e o preconceito é um deles, o que vai interferir inclusive nas relações afetivas.

a gente sofre muito preconceito, fora isso, no meu caso, pra mim, foi uma mudança de vida muito grande, principalmente quando eu era gay, eu era muito afeminado, eu ia, tipo assim, era muito complicado de arrumar alguém, agora você ser mais assim, se vestir de mulher e tal, parece que você desperta mais interesse pelos homens, não tô falando de sexo, essas coisas, entendeu? eu to falando de você se sentir bem consigo mesma, eu me sinto super bem agora, porque quando eu era gay, parece que eu era, tipo assim, muito fechado, muito frustrado, entendeu? (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

Ísis começou o processo de transformação há mais ou menos um ano, quando deixou o cabelo crescer. Quanto à utilização de hormônios¹⁹, bem como à aplicação de silicone líquido, mostra-se bastante cautelosa e prefere a recomendação de um especialista, mas, para isso, ressalta que a situação econômica é crucial.

eu tenho vontade de tomar o hormônio, mas elas falam que o hormônio engorda, e um dia eu já fui gorda, eu morro de medo de engordar de novo. (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

¹⁸ No vocabulário dos (as) profissionais do sexo, a **pista** é o local no qual exercem a comercialização do prazer sexual. Sendo assim, o vocábulo pista é usado para designar as ruas, avenidas, travessas, rodovias e todo o tipo de logradouro público que serve à passagem de veículos e pedestres e no qual os sujeitos em questão executam o *trottoir* (palavra da língua francesa que significa calçada e no Brasil é empregada em referência à prostituição exercida nas ruas, calçadas, etc.).

¹⁹ Os hormônios são quase sempre ingeridos em coquetéis: **Gestadinona** com **Perlutam** ou **Uno Ciclo**. Por vezes, são tomados de forma alternada, de maneira que durante algumas semanas se toma um tipo, para depois substituí-lo (PELÚCIO, 2006: 258).

O processo de transformação de Patrícia chama a atenção pelo número de intervenções realizadas em seu corpo. Ela adverte sobre tal comportamento, devido aos problemas de saúde decorrentes.

tudo que não poderia ser feito, eu tenho silicone líquido pelo corpo todo e tenho problemas com isso, problemas de infecção o tempo todo. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

Há quatro anos, Patrícia passou pelo processo de injeção de silicone industrial no corpo. Ao todo, são 4,5 litros injetados no mesmo dia, que se espalharam “*pelos costas, barriga, partes íntimas e pés*”, conta Patrícia.

Durante a aplicação, sentiu-se mal e desmaiou mais de seis vezes, pois “*as dores eram insuportáveis*” narra Patrícia, que ficou com amarrações por quase um mês, necessárias para que o silicone se solidificasse e não se espalhasse pelo corpo.

Desconhecia o perigo da quantidade de silicone aplicado de uma só vez. A partir de uma semana, sentia que o produto começava se espalhar pelo corpo, e, depois de quase um ano, o processo ainda persistia.

Ela é enfática ao nos contar sobre sua preocupação em relação às consequências desse processo e aponta para uma alternativa dessa problemática vivenciada por muitas travestis. Para ela, todas as travestis querem fazer suas cirurgias em clínicas regularizadas, com qualidade, conforto e segurança, porém, nem todas têm acesso, visto que os valores de tais procedimentos, na maioria das vezes, não estão ao alcance da maioria delas.

No mês seguinte à entrevista, ela se submeteria a uma intervenção para retirar a substância dos pés, no Hospital das Clínicas de São Paulo. Patrícia faz questão de ressaltar que o fluxo de atendimento de travestis e transexuais foi criado juntamente pela Associação Rio-Pretense de Travestis e Transexuais

(Artts), pelo Grupo de Amparo ao Doente com Aids (Gada)²⁰ e Secretaria Municipal de Saúde de São José do Rio Preto.

Precisamos viabilizar políticas públicas, para que a travesti consiga ser inserida pelo SUS, para que ela consiga aquilo que ela almeja (...) não adianta o SUS fazer propaganda contra esse tipo de coisa clandestina e não dar solução, porque só apresentar o problema é muito fácil. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

Ela refere ser contra as práticas das bombadeiras²¹, “*mas a maioria das travestis não vêem as bombadeiras como pessoas maldosas, e muitas vezes não são, mas como pessoas que vão realizar o sonho delas*”. Segundo ela, um procedimento de prótese de silicone nos seios numa clínica regularizada sai por volta de R\$ 7 mil, enquanto que, com a bombadeira, esse valor cai para R\$ 500,00, em média.

Mesmo sabendo dos riscos que o silicone líquido pode trazer para a saúde, travestis continuam se submetendo a esses procedimentos, devido às suas condições econômicas.

O processo de Patrícia não foi muito diferente de outras travestis. Aos 13 anos, começou a tomar hormônio por conta própria, sob indicação de uma travesti mais velha, a deixar o cabelo crescer, a usar roupas femininas e maquiagem. Para ela, a presença da figura de uma travesti mais velha está ligada aos cuidados básicos do dia a dia.

²⁰ Apesar do nome, a entidade realiza outros projetos, além de prevenção à DST/Aids, e é referência em promoção da cidadania e combate a violações de direitos humanos do segmento LGBT no município e região.

²¹ (...) são as *bombadeiras* que injetam silicone líquido no corpo das travestis. As *bombadeiras* são, na sua imensa maioria, travestis também. Cabe a elas “*fazer o corpo*”, através da inoculação desse líquido denso e viscoso, no corpo das suas clientes. O processo é dolorido, demorado e arriscado. As *bombadeiras* são travestis que “*fazem o corpo*”, isto é, injetam silicone industrial em diversas partes do corpo daquelas travestis que desejam ter formas mais volumosas e arredondadas e, assim, associadas ao feminino. *Bombadeiras* não são propriamente agentes médicos ou de cura, mas lidam diretamente com o corpo, sua transformação, cuidados e embelezamento, o que, para as travestis, relaciona-se com uma aparência feminina e, assim, com a saúde, como já insisti nesta tese. (PELÚCIO, 2006: 260-261)

Sempre que tem uma travesti mais velha, mais experiente, que trata a gente bem, a gente procura ficar a melhor amiga dela, frequentar a casa, para descobrir qualquer coisa. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

As três cirurgias plásticas no nariz e a de implante das próteses de silicone nos seios ocorreram numa clínica clandestina na cidade de São Paulo, que, segundo ela, é bem estruturada com equipamentos e profissionais. Os valores dos procedimentos saem por menos da metade, comparadas com clínicas regularizadas. Passou ainda por outras intervenções como, por exemplo, várias sessões de laser para retirar pelos do rosto.

2.6 Experiências de Trabalho

Ao lidar com travestilidades, um tema que merece nossa atenção é o do mercado do sexo, uma vez que, sob o ponto de vista da representação social, se constitui como um grande espaço de trabalho para as travestis que passam a ser vistas apenas como profissionais do sexo. Embora essa ainda seja uma realidade, o mercado do sexo não deve ser compreendido como único.

A própria militância travesti surgiu na prostituição. Em junho de 1980, cerca de mil manifestantes - entre os quais também havia lésbicas, gays, negros e prostitutas - marcharam pelo centro de São Paulo. A marcha foi em protesto pela violência dirigida a esta população pelo delegado de polícia José Wilson Richetti. Com faixas, onde, entre outros dizeres, lia-se “Libertem os travestis”, elas mobilizaram-se enquanto movimento social pela primeira vez (GREEN, 2000; FACHINNI, 2003; TREVISAN; 2004), ainda que, somente em 1993, viesse a ocorrer o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (FACHINNI, 2005). Também deve ser lembrado o surgimento de grupos de travestis pautado pela realidade da epidemia de aids no Brasil. Em 2005, a articulação política das travestis possibilitou que fosse criada a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), para, entre outras questões, segundo a sua presidente Keila Simpson, “mostrar a sociedade que travestis e transexuais não vivem somente das noites, se prostituindo (ANDRADE, 2005)”. (DUQUE, 2009: 25)

A transformação do corpo das travestis está diretamente ligada ao tempo do trabalho, pois, na maioria das vezes, é através do trabalho que a transformação se dá, principalmente pelo investimento que exige, e, no caso de travestis profissionais do sexo, a transformação do corpo significa mais do que trabalho, mas também sobrevivência.

Na sociabilidade do mercado do sexo, muitos encontram reconhecimento e aprendem com seus pares as técnicas corporais para construir sua desejada estética particular. No caso das travestis, o processo inicia com o consumo de hormônios femininos indicados pelas mais experientes. Porém, para conseguir as mudanças corporais necessárias, os hormônios são insuficientes, então, a aplicação do silicone líquido, de uso industrial, em diferentes partes do corpo é praticada e legitimada por grande parte desse grupo. (DUQUE, 2009: 41)

Os territórios de prostituição têm se caracterizado como locais fundamentais para a construção da pessoa travesti²², como nos mostra claramente Pelúcio (2007) em sua pesquisa.

Transitar pela noite me fez perceber que a rua é claramente um espaço de sociabilidade, onde se aprende a se tornar e a ser travesti. É também um local em que elas encontram pessoas conhecidas e fazem novas amizades. Muitas vezes, também, é ali que conhecem seus parceiros; que compram roupas, perfumes e acessórios; que planejam festas, defendem-se mutuamente, ou se rivalizam. É na rua que elas ficam sabendo como anda o comércio sexual na região, no estado, quando não, no país e no exterior. Informam-se também sobre novas técnicas de transformações corporais, interam-se sobre o destino de uma ou outra travesti conhecida: se foi para a Europa, se morreu “*bombando*”, se está com a “*tia*”, que é como muitas vezes se referem à Aids. Nas esquinas, testam o sucesso de suas próprias transformações em busca do feminino. (BENEDETTI, 2005: 32)

²² O universo que foi apresentado em várias pesquisas anteriores como sendo o principal destino, muitas vezes tido como o único, para a sociabilidade da experiência das travestis no Brasil (SILVA, 1993, BENEDETTI, 2005, DUQUE, 2005, PERES, 2005, PELÚCIO, 2007, KULICK, 2008).

Até o tempo do semáforo pode ser um elemento crucial e usado a favor para a sobrevivência de travestis profissionais do sexo, como conta em sua pesquisa Larissa Pelúcio (2007): “Estrategicamente, as travestis se posicionam numa esquina onde há um semáforo bastante demorado, assim é possível negociar programas apenas com olhares e gestos, além de ficarem sob a mira dos trabalhadores que lotam os ônibus” (p. 53).

Esse tempo das travestis profissionais do sexo, o da noite, é de disputa, de trabalho e, portanto, para ser aproveitado enquanto se é mais jovem, enquanto a velhice não chega. A noite também é tempo de *glamour*.

Atualmente, Ísis que se encontra desempregada, mas trabalhava até uma semana antes da entrevista, como auxiliar administrativo, numa agência de empregos de umas amigas, por mais de dois anos. Anteriormente, já havia trabalhado em outra agência da mesma proprietária.

Yara faz programa desde os 18 anos de idade, e refere que no começo frequentava a pista apenas de vez em quando. Conta que antes da transformação e da experiência como profissional do sexo, trabalhou por dois anos numa empresa de recarga de cartuchos de impressoras. Viaja às vezes para outras cidades para trabalhar, “*quando a praça não tá boa*”, geralmente fica em casa de outras travestis ou hotéis e retorna.

Patrícia sempre trabalhou como profissional do sexo, mas também sempre teve outra atividade paralela. Segundo ela, fazer programas quase sempre servia para complementar a renda. Quando não tinha emprego fixo, ficava meses fora trabalhando como profissional do sexo, viajando por várias cidades. Ela explica que os clientes querem sempre algo novo, “*cansam e enjoam*”, portanto, são obrigadas a ir para lugares onde são “*novidades*”. Dentre as cidades por onde passou, destaca algumas, como Piracicaba, São Paulo, e Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo; Belo Horizonte e Uberlândia, em Minas Gerais; Rio de Janeiro (RJ); Londrina e Curitiba, no Paraná.

cair no mercado do sexo não foi uma escolha, e nem é para a maioria das travestis. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

A afirmação de Patrícia justifica a prostituição pela necessidade de sobrevivência. Ressalta as péssimas condições de trabalho, tendo que se submeter a trabalhar nas noites frias “*somente de calcinha, sutiã e sobretudo*”, situação que acarreta muitas vezes o adoecimento, “*já fiquei doente, peguei pneumonia (...). Não é culpa das travestis se prostituirem*”.

Conta que, durante uma noite trabalhando na cidade de São Paulo, foi baleada na perna, por homens que pararam o carro, baixaram o vidro e simplesmente começaram a disparar tiros.

Trabalhou também como operadora de telemarketing e supervisora de vendas em uma empresa de produtos agropecuários. Já teve sua própria empresa de confecção de roupas e já trabalhou também em outras fábricas do ramo.

2.7 Tempo e Espaço

A noção de território deve ser pensada para além do espaço geográfico, porque guarda características sociais, culturais e identitárias de sua população. O território é lugar de vida e relações, espaço de experiência individual e coletiva, espaço de sociabilidade que excede o geográfico e que tem significado social.

Para o geógrafo Milton Santos, o conceito de espaço implica sempre a interação entre um “sistema de objetos” e um “sistema de ações”, evidenciando a necessidade de investigar o território e sua utilização pelos sujeitos, portanto, para ele, o território se caracteriza pela interação entre esses dois sistemas e deve ser compreendido como espaço habitado, da interação entre os homens, e síntese de relações sociais.

Na análise sobre território, deve-se levar em conta seu uso pelos sujeitos, visto que sua apropriação e utilização configuram relações dinâmicas, uma vez

que os homens criam e recriam o espaço e, também, os significados nessa apropriação cotidiana.

O território abarca tanto aquilo que coloquialmente denominamos de “natureza” quanto à materialidade e as ações socioculturais e econômico-políticas, que devem ser consideradas em sua dinâmica e em seus componentes históricos, o que envolve também a compreensão do território como campo de intervenção do Estado e da sociedade civil. (...) Os territórios são espaços de vida, de relações sociais, de trocas, de vínculos cotidianos, de disputas de poder, de contradições e conflitos, de revoltas e resistências, de continuidades e rupturas, de expectativas e sonhos, que expressam as práticas sociais e os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos que neles habitam. (...) Além disso, há também fortes relações entre território e processos de segregação socioespacial, que difundem representações sociais negativas de certas áreas pela concentração de privações, ampliando ainda mais a desqualificação e a estigmatização existentes. (RAICHELIS, 2008: 211)

É necessário, portanto, analisar tempo e espaço, levar em consideração suas interações dinâmicas, para verificar como incidem sobre a vida das sujeitas da pesquisa.

Segundo Pelúcio (2007), há que se levar em conta o código território para entender a constituição do ser travesti.

Perlongher, que toma de empréstimo de Guatarri a expressão “código-território”, escreve que ela “se refere à relação entre o código e o território definido por seu funcionamento. ‘Inscription territorialisée’ na qual se distinguem – diz Guatarri (apud Cerfi, 1973) – dois elementos: uma ‘sobrecodificação’ – *surcorage*, código de códigos – e uma ‘axiomática’, que regula as relações, passagens e transduções entre e através das redes de códigos, que por sua vez ‘capturariam’ os corpos que se deslocam, classificando-os segundo uma retórica, cuja sintaxe corresponderia à axiomatização dos fluxos. (PELÚCIO, 2007: 34)

2.8 Relação com a rede social

2.8.1 Família

Questões ligadas à violência e discriminações são constantes e marcam o cotidiano de travestis, que, muitas vezes, revelam os lugares de exclusão social, econômica, sexual, cultural e de gêneros pelas quais se situam no cenário urbano.

No âmbito familiar pode se constituir um espaço de não aceitação e conflitos vividos entre as travestis e suas famílias. Em alguns casos, há dificuldade em aceitar a manifestação da homossexualidade, acompanhada do desejo da transformação. Não são raras as agressões verbais e físicas, e muitas vezes elas são expulsas de suas casas, tendo que recorrer a amigos e pessoas que possam proporcionar acolhimento, o que Green (2000) denominou de “redes sociais”.

Para Peres (2005), a participação nas redes sociais se apresenta como um aspecto de suma importância, visto que não há sociabilidade humana sem constituição de rede de pertencimento:

(...) para que as pessoas possam se sentir acolhidas e respeitadas pelo seu grupo, desenvolver o sentimento de pertença e de direito de seu lugar no mundo, empoderar-se para enfrentar os processos de estigmatização e preconceitos que insistem em impossibilitar a realização de seus sonhos e desejos de transformação (p. 55).

Tanto Kulick (2008), em sua etnografia na cidade de Salvador (BA) há mais de 10 anos; Benedetti (2005) e Peres (2005), em suas pesquisas com travestis, nas cidades de Salvador (BA), Porto Alegre (RS) e Londrina (PR), respectivamente, constataram a rejeição e o abandono familiar, importantes atributos na formação da identidade travesti. Já Duque (2009), ao pesquisar travestis adolescentes no Município de Campinas, se deparou com realidades, em que a relação com suas famílias pode ser considerada satisfatória.

Diferentemente do que ocorria frequentemente com a geração anterior, muitas travestis adolescentes não têm sido expulsas de casa por seus pais, apresentando uma realidade bastante diferente daquela descrita por Pelúcio (2007), em que as travestis, quando se “assumiam”, tinham o espaço doméstico da família, via de regra, insustentável (p. 79).

A realidade das sujeitas desta pesquisa mostra que a relação entre elas e suas famílias atualmente é caracterizada pelo respeito mútuo, porém, destacam conflitos no passado, e que o período de transformação do corpo foi o mais crítico, levando, em dois casos, ao abandono familiar.

com minha família no começo foi super complicado, porque eu comprava minhas coisas e eu escondia da minha mãe, porque minha mãe era mais rígida, mas aí ela foi vendo que eu não ia mudar mesmo, aí ela foi aceitando numa boa e hoje é uma maravilha a relação com minha mãe e com meu pai. (Ísis – depoimento colhido em abril de 2011)

Yara passou mais de cinco anos fora de casa, morando com outras travestis e gays. Passou por vários lugares e, por último, por um período mais longo, vivia com uma amiga travesti e sua família. Para ela, a relação de conflito com sua família se deu por causa da repressão da mãe, por medo dos variados processos de violência que ela viveria ao assumir-se travesti.

minha família é evangélica, dentro do possível a gente vive bem, mas para minha mãe, essa forma que eu vivo não é certa, mas ela me respeita hoje, no começo não, tanto é que eu saí de casa com 16 anos, por isso, quando eu me assumi, mostrei mesmo o que eu queria ser, ela não aceitou, aí eu fui embora e depois a gente se entendeu e hoje ela respeita, mas, para mãe, ela já sabia no começo o que eu ia ser, ela já sabia a vida que eu ia ter, o que ia me restar, então ela não queria jamais que eu fosse para esse lado. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

No caso de Patrícia, essa vivência também se repetiu, pois a entrevistada expõe que os pais aceitavam mais antes de assumir-se travesti, e que tinham um relacionamento tolerável, mas, a partir do processo de transformação, teve

um desentendimento com o pai e fugiu de casa aos 13 anos, indo morar com amigas travestis.

Segundo ela, a mãe colocou anúncio em jornais, emissoras de rádio, cartazes, fez buscas pelo bairro, até localizá-la, quando voltou para casa. Mas aos 16 anos fugiu novamente, devido “o clima ruim” entre ela e principalmente com o pai. Depois de um tempo, retornou para casa, após o pai procurá-la, pedindo desculpas. Menciona que mesmo com resistência e não compreendendo, ele procurava respeitá-la.

No caso de Ísis, ela diz que tem receio em relação à aceitação dos pais no momento em que decidir colocar prótese de silicone nos seios.

2.8.2 Vizinhos

Para as sujeitas, a relação com os vizinhos geralmente é tranquila, prevalecendo o respeito, com algumas raras exceções. Mesmo sendo conhecidas no bairro, não mantém muita aproximação.

Olha, a maioria dos meus vizinhos são todos já de idade, mas, assim, alguns falam alguma coisinha quando eu saio de salto lá fora sabe? eu percebo que eles comentam alguma coisa, mas, assim, pra mim, eu não to nem aí, eu não como na casa deles, eles não me dão nada, eles nem perguntam como eu “tô”, então, pra mim, olha, é assim, é: oi, bom dia, se eu falar também, eu não me importo não. (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

2.8.3 Amigos

É unânime, entre as sujeitas, elencar travestis e transexuais como suas amigas, e nos casos em que gays eram considerados amigos, a relação parece ir ficando para trás, ao longo do processo de transformação, como relata Ísis.

quando eu era gay, alguns amigos que eu tinha naquela época, eu ainda tenho hoje, outros eu já não tenho mais contato, agora, a maioria das minhas amigas são as travestis mesmo, são as mais próximas, mais presente, algumas são como irmãs, então, tipo assim, eu tenho amigos héteros, mas

não, assim, aqueles amigos que eu saio mais sabe? (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

2.8.4 Relacionamentos Afetivos no Bairro

Os relatos sobre os relacionamentos afetivos acontecidos no próprio bairro em que as travestis e transexual moram, ou em outros, mostram como, às vezes, sofrem interferência e não são aceitos por causa de sua feminilidade, ou pela atividade como profissional do sexo.

eu tava me envolvendo com uma pessoa, aí ela queria que eu mudasse o meu jeito e eu não aceitei. (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

Yara e Patricia referem já terem tido relacionamentos sólidos com rapazes do bairro, frequentando a casa das famílias e que eram respeitadas por elas, mas, em outros casos, como comenta Yara, o fato de ser profissional do sexo significava para ele ter o direito de cometer traições. Yara já teve um relacionamento com um rapaz que, pela situação de desemprego, logo começou a fazer programas e, para eles, isso era encarado com tranquilidade, mas Patrícia, durante um relacionamento duradouro, refere que não exerceu tal atividade.

2.8.5 Colegas de Trabalho

Ísis se lembra de quando ainda se considerava “*uma gay*”²³ e de como era advertida por colegas de trabalho ao prever sua transformação.

quando era menino, as pessoas brincavam para não virar travesti, viam que o cabelo crescia e já mandavam cortar, eles viam que a transformação estava acontecendo, falavam que era melhor ficar daquele jeito, que eu ia poder trabalhar, que, do outro jeito, só ia me restar a prostituição. (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

²³ Expressão muito utilizada para designar o período prévio da transformação de uma travesti, ou simplesmente se referir a um homossexual afeminado.

Mostra que sempre sofreu preconceito no espaço de trabalho, mas que se sentia mais aceita antes de iniciar o processo de transformação e que o preconceito foi se intensificando nesse período.

a primeira vez que trabalhei com elas, eu não era transformada, eu ainda não tava nesse processo (...) elas me aceitavam tudo do jeito de que sou, mas, tipo assim, se eu ficasse mais, tipo assim, mais é ... mulher elas já falavam alguma coisa sabe? (...) lá elas não queriam que eu me transformasse tanto, porque eu falei pra elas: eu tenho vontade de pôr prótese, tenho vontade de pôr um cabelo maior, elas falavam que o cabelo tudo bem, todo mundo tem cabelo grande quase, eu já fui em lugares que os rapazes tinham o cabelo grande, agora pôr uma prótese, eu acho que elas já não iriam aceitar, eu ficava meio chateada, é um preconceito entre aspas. (...) quando eu trabalhava lá, eu tinha mais ou menos que me masculinizar, que era uma coisa que me deixava revoltada, tipo, no final de semana, eu passava um esmalte escuro, eu tinha que tirar, porque elas não aceitavam. (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

Patrícia diz que atualmente é respeitada no ambiente de trabalho pelos demais colegas, mas já teve outras experiências que considera ter sido um “choque”, mas, depois de um tempo, a relação foi se tornando mais tranquila, na medida em que se conheciam mais.

na primeira semana foi a treva, ninguém falava comigo, no começo era motivo de risos, as pessoas se afastavam. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

Percebe-se como mesmo os gays são mais valorizados quanto mais se aproximam das convenções e papéis de gênero hegemônicos.

2.8.6 O Trajeto de Casa para o Trabalho

Para elas o fato de sair para o trabalho geralmente é tranquilo, mas às vezes encontram o preconceito pelo caminho.

Ao analisar o percurso que faz à escola e ao trabalho, Yara refere que chama mais atenção quando vai trabalhar com produção de roupas, maquiagem, salto e acessórios, recebendo desde elogios a insultos.

eu notei duas coisas, eu faço quase o mesmo caminho quando eu saio da escola pra casa e quando saio de casa pro trabalho. Da escola, de uniforme, passo como qualquer outra pessoa, quando me troco para ir trabalhar, chama mais a atenção, alguns elogiam, mas a maioria passa fazendo piadinha, xingando. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

Segundo ela, às vezes jogam ovos, lâmpadas fluorescentes, xingam, mas agressão física é menos frequente.

Cita Patrícia que geralmente é tranquilo, porque vai de carro para o trabalho, mas quando precisa pegar um ônibus, é mais difícil, sempre se depara com uma piadinha, uma risadinha, refere que “*no ônibus é um choque*”.

Segundo elas, não contribuem financeiramente com ninguém, apenas Yara referiu dividir com a família as despesas de casa e **nenhuma** das entrevistadas é ou já foi beneficiada por algum programa do governo.

2.9 De cara com o preconceito e a discriminação: a recusa de um cotidiano de violência

Numa comunidade do Orkut, coloca-se em questão a cidadania de travestis, postando o seguinte tópico:

Membro 1 posta: *Afinal, travesti é cidadão?*

O travesti, se não tiver uma veia artística ou não tiver vocação para cabelereiro, ou maqueador, tem que ganhar a vida se prostituindo, pois não é aceito em nenhum emprego. Que direitos os travestis tem em nossa sociedade?

Membro 2 posta: *é cidadã e não cidadão*

Membro 3 posta: lógico

O exposto acima demonstra claramente como travestis geralmente são caracterizadas pelas vulnerabilidades que as cercam, mas, mais do que isso, o respeito e a garantia à sua construção feminina, até para enfrentarem essas vulnerabilidades, estão entre as principais reivindicações do movimento organizado das travestis e transexuais, indicando que é parte constitutiva de sua cidadania. Portanto, o emprego do substantivo “travesti” como pertencente ao gênero gramatical feminino, além das razões que valorizam o próprio processo de construção do gênero feminino no corpo e nas subjetividades das travestis, usualmente empregado na flexão feminina, é também uma justificativa política.

Em seguida à valorização do gênero feminino das travestis, está a garantia do direito de utilização do nome social em serviços de saúde, por exemplo, segundo a livre escolha da sujeita, para ser reconhecida sua identidade social. Com certeza, trata-se de um direito fundamental, para se pensar na efetivação de outros direitos.

Para Coutinho (2005), a noção de cidadania remete à seguinte ideia:

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Sublinho a expressão *historicamente* porque me parece fundamental ressaltar o fato de que soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, em última instância, dizer a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração (p. 2).

Na afirmação de Coutinho, a cidadania não é algo “dado”, pelo contrário, é uma construção social e histórica e é possível verificar como as travestis vêm construindo formas de lutas para conquistar tais direitos.

Hegel tem plena razão quando diz que só há direitos efetivos, ou liberdades concretas, no quadro da vida social, do Estado. As demandas sociais, que prefiguram os direitos, só são satisfeitas quando assumidas nas e pelas instituições que asseguram uma legalidade positiva. Por outro lado, aquilo que hoje quase todos consideram como direitos indiscutíveis (por exemplo, os chamados direitos sociais, como o direito ao trabalho, à saúde, à educação etc.) não figuravam de modo algum na lista dos direitos naturais defendidos pelos jusnaturalistas liberais. Mas há uma verdade parcial no pensamento dos jusnaturalistas, ou seja, a afirmação de que o direito é, de certo modo, algo que antecede — e é mais amplo — do que o direito positivo, ou seja, do que o direito estatuído nas Constituições, nos códigos etc. Os direitos têm sempre sua primeira expressão na forma de expectativas de direito, ou seja, de demandas que são formuladas, em dado momento histórico determinado, por classes ou grupos sociais. (COUTINHO, 2005: 4)

O cotidiano como categoria dialética, é o do tempo miúdo, mas também o de superação, pois é o espaço no qual o sujeito se constrói e constrói vias de superação, reivindicando seus direitos, se movimentando em novos espaços de sociabilidade.

Durante a entrevista, Patrícia emociona-se, ao dizer que:

As travestis são sobreviventes, eu sou sobrevivente, porque eu tenho que provar todos os dias pra minha família (emociona-se) (pausa) e pra todo mundo que eu posso. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

Como forma de resistência, ao desenvolver respostas a recorrentes interpelações, verificam-se alguns exemplos criados por travestis, como o “escândalo” e a estética do “bom cidadão” (PELÚCIO, 2010).

Algumas constroem imagens de perigo em torno de si; articulam redes de proteção que vão da casa até a rua e, ainda, que estas não evitem que algumas tenham fins trágicos, de alguma forma, proporcionam meios de

trânsito e defesa. Entre estas tantas estratégias, as travestis acionam o “escândalo”, a fim de alargar a abjeção, conseguindo, por vezes, atingir aos clientes, intimidar policiais ou ter voz em espaços de poder. (PELÚCIO, 2010: 77)

Para se fazerem como sujeitas de direitos, as travestis também se utilizam de um “bom” comportamento, ou, nas palavras de Pelúcio (2010), se adequam à “estética do “bom cidadão”, pois segundo ela, “acreditam que para obterem esses direitos devam ser e agir como se já fossem possuidoras deles” (p. 78).

Quando se vêem numa situação de preconceito, principalmente não externalizado, segundo as entrevistadas, preferem adotar algumas estratégias, tentando argumentar sobre seus direitos e exigindo respeito, mas se persistir, não abrem mão do “grito”.

Olha, tem certos tipos de preconceito que me agride um pouco (...) se elas colocam pra fora de uma forma que me agride, aí eu também revido xingando, porque ninguém tem sangue de barata, mas eu lido bem com isso (...) tem hora que o barraco é necessário, porque a gente luta pelos direitos nossos. (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

(...) de vez em quando só na porrada mesmo, mas eu prefiro tentar dentro das formas legais, mas tem pessoas que realmente é só com baixaria, viu? isso eu vejo muito, a maioria, quando as travestis fazem escândalo, e arregaça e quebra, as pessoas engolem e ficam meio assim, quando se abaixa a cabeça, se magoa e chora, eles montam mais ainda. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

Yara conta que recentemente foi barrada pelo segurança de um posto de gasolina que sempre frequentava. Segundo ela, sentiu-se extremamente desrespeitada e, além do constrangimento que passou utilizando tal banheiro, ainda poderia sofrer algum tipo de violência por parte dos homens.

eu tenho comportamento pra isso, sou adequada pra isso, mas as pessoas não entendem, eles acham: porque você nasceu homem, no seu documento está como homem, você tem que ir no banheiro masculino, não entendem que da forma como eu me encontro, entrar num banheiro masculino vai ser constrangedor para mim e para os outros homens. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

Efetou boletim de ocorrência, mas a princípio se recusaram a fazê-lo, disse que ficaram impressionados com o fato dela manifestar esse interesse, mas ela insistiu e argumentou.

expliquei que as coisas mudaram, que o mundo está evoluindo, estão saindo leis, que as pessoas estão abrindo a mente, estão vendo, se conformando que é assim, não importa que uma pessoa não concorde, não ache certo. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

(...) a gente não é assim como eles querem, nós somos diferentes (...) eu quero ser tratada bem, com respeito, e eu não vou ser tratada bem, sendo tratada como homem. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

O “grito” das travestis tem um significado que pode ser considerado político, no sentido de fazer reconhecer seus direitos.

Algumas vezes o “grito” é visto como a única forma eficiente de se fazer ouvir e, de no mínimo, levar o outro a sentir-se constrangido diante do não reconhecimento da travesti como um ser portador de direitos, ainda que ela não atenda às expectativas de uma cidadania bem comportada (...) (PELÚCIO, 2010: 81)

Em dados retirados de seu diário de campo redigido durante a realização da tese de doutorado, Pelúcio (2010) analisa, nos relatos de travestis, a avaliação que fazem uma das outras ao se definirem como as “finas” e as “barraqueiras”. E elas próprias acabam por concordar a partir da observação de uma delas que: “(...) as *discretas e sossegadas* são as que mais ouvem

desaforos no seu cotidiano. Ao que Aline²⁴, travesti ali presente, propõe: as “escandalosas” põem medo, enquanto as “discretas” não”, o que conclui a autora “(...) o escândalo protege, ainda que seja um elemento que reforça a visão de senso comum sob o “perigo das travestis”. (PELÚCIO, 2010: 78)

Coloca-se aqui um dos paradoxos que cercam vidas travestis. Se não podemos SER sem fazer, como SER sem reforçar as percepções desprestigosas que rebaixam as travestis na escala do humano; Como resistir à abjeção sem se deixar domesticar pelas expectativas heteronormativas que vinculam o reconhecimento à “pausterização” das expressões humanas numa diversidade retórica, que visa, de fato a homogeneização das condutas; Enfim, como escapar das armadilhas das identidades. (PELÚCIO, 2010: 78)

O enfrentamento do cotidiano pela via da resistência coloca uma questão e um desafio de como mobilizar os sujeitos para enfrentar as dificuldades por essa via, e não do sofrimento. De acordo com Heller (2008), isso é possível já que o cotidiano é espaço de alienação, mas também do contraditório. Também para Marx (s/d) em *Miséria da Filosofia* “tudo está impregnado de seu contrário”. Portanto, se o sofrimento é possível, também é possível resistir a ele.

Os resultados do preconceito podem ser vistos na falta ou no menor acesso a direitos, elencando não só as travestis, mas o segmento LGBT na esfera da subalternidade, da subcidadania, que, como Sawaia (2006) refere, trata não de excluí-los, mas de uma inclusão perversa.

Nesse sentido também, Márcia Ochoa (*in* PELÚCIO, 2010), pesquisadora latino-americana radicada nos Estados Unidos, volta suas discussões quando pensa nas travestis de Caracas, na Venezuela.

Ochoa reflete sobre o que ela chama de “cidadania perversa”, referindo-se ao processo de exclusão que envolve determinados segmentos, uma vez que estes não experimentarão o sentimento de pertença, cabendo-lhes apenas as exigências dos deveres e a disciplinarização que o processo de cidadania

²⁴ Nome fictício utilizado pela autora.

significa. “Para se ter cidadania se precisa mais do que passaporte ou uma cédula de identidade, necessitamos de um sentimento de pertença” (OCHOA. 2004: 243), pois certos processos de inclusão e exclusão não são regulados pelos documentos que se têm (no caso das travestis, dos que não se têm, absolutamente, ou não se têm do jeito que se pretende), mas justamente por sentir-se parte, e não alguém à margem, sob suspeita, inclassificável ou somente reconhecível a partir de termos que ou a depreciam e/ou humilham. (PELÚCIO, 2010: 79)

Ainda sobre a dialética da exclusão/inclusão, Sawaia (2006) refere que a sociedade inclui para excluir e essa transmutação e condição da ordem social desigual, e que todos estão inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a maioria da humanidade inserida por meio da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.

Muitas vezes, a estratégia de resistência é justamente a de se agir ao contrário das expectativas sociais; as travestis sabem disso. Sabem também que, apesar de serem cidadãos não são tratadas como pessoas portadoras de direitos, ou pelo menos não se consideram tratadas como tal. Na tentativa de o serem, por vezes, fazem como a inconformada, mas polida, travesti: cumprem “a estética do comportamento do bom cidadão” (OCHOA. 2004: 245). (Pelúcio, 2010: 80-81).

A referência teórica à concepção de exclusão como processo dialético de inclusão de Foucault, segundo Sawaia (2006), que fundamenta a ideia de que a inclusão social é processo de disciplinamento dos excluídos, de controle social e manutenção da ordem. A expressão dialética exclusão/inclusão é um par indissociável, que se constitui na própria relação.

Historicamente as travestis têm tido sua ontologia questionada justamente porque seus desejos não têm sido vistos como humanos, por isso podem ser desautorizados, ridicularizados, medicalizados, criminalizados ou todas estas coisas juntas. (PELÚCIO, 2010: 81)

Se o cotidiano de travestis, assim como o cotidiano de outros sujeitos LGBT, é de negação de direitos, dor, violência ou de luta, prazer, conquista, é preciso exercitar nossa criticidade e escuta ou, como nas palavras de Fernando Pessoa, “o essencial é saber ver” já que somente os sujeitos podem atribuir valor às dimensões de sua vida, e, ao narrar, eles também se revelam.

A tarefa de “exercitar a paciência do pensamento”²⁵ contribui para entender que o cotidiano não se move a partir dele mesmo, mas a partir de forças sociais e, conseqüentemente, entender os movimentos sociais, os sujeitos políticos presentes nele.

2.10 Nome Social

Segundo as entrevistadas, todas relatam conseguir utilizar seus nomes sociais em serviços públicos, porém há acessões em alguns espaços.

Patrícia diz que até hoje a universidade mantém-se muito resistente e não fez a alteração em listas de chamadas, de provas e na identificação geral do aluno, mesmo após reunião com a coordenadora do curso e o diretor do câmpus.

Apenas conversaram com os professores do curso para me chamarem pelo nome social. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

Segundo ela, somente a sensibilização dos professores não é suficiente, e já que não há bom-senso e o respeito de um direito básico, entrará com ação judicial. Patrícia tem conhecimento de uma amiga transexual que cursa ensino superior em outra instituição e lhe foi oferecido esse direito no momento da matrícula.

2.11 Lazer

²⁵ Informação verbal – Trecho da fala da professora Dr^a Maria Lúcia Martinelli, em sala de aula, ao discorrer sobre os conteúdos programáticos ministrados na disciplina Serviço Social e Cotidiano Profissional I, PUC-SP, 11 de março de 2010.

Para as entrevistadas, a cidade oferece poucas opções de entretenimento e as principais alternativas apresentadas por elas são: boates *gays* e reuniões de amigos. Ísis considera a internet também como lazer.

Patrícia referiu frequentar outros espaços que não são exclusivamente destinados ao público LGBT, como cinema, teatro, bares. Para ela, estar em lugares comuns de homo e heterossexuais pode contribuir para a visibilidade das travestis. Geralmente, se sente respeitada, mas há momentos em que precisa fazer escândalo, “*gritar diante das várias violências do dia a dia*”.

as pessoas me vêem como Patrícia e não como travesti, e conseqüentemente tem que me repetir independente do lugar, hetero ou GLS²⁶. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

2.12 As Paradas: Espaço de Festas e Resistências

As Paradas do Orgulho LGBT são uma das principais formas do movimento LGBT afirmar sua existência enquanto sujeito político e cumprem um papel de suma importância no enfrentamento das limitações de espaços de sociabilidade hegemonicamente heterossexuais, como considera Simões (2010), ao problematizar os desafios que se apresentam ao movimento e de sua crescente segmentação:

Diante de desafios tão formidáveis, as melhores esperanças talvez ainda provenham das imagens das Paradas do Orgulho LGBT, onde as diferenças se mostram e convivem de forma estimulante e pacífica no mesmo espaço público. Nelas parece se refazer a expectativa que o movimento LGBT possa atualizar permanentemente a promessa de celebração de identidades vívidas, diversas e porosas, sobre um terreno renovado e compartilhado de igualdade (p. 32-33).

²⁶ A expressão é frequentemente utilizada para definir espaços e locais geralmente comerciais destinados ao público LGBT.

Percebe-se, então, que para analisar o espaço é necessário também verificar o tempo, pois é exatamente ele que vai “permitir” ou não que o espaço que a sociedade utiliza de dia para o lazer, fazer compras, trabalhar, seja apropriado pelas travestis à noite.

É nesse recorte de tempo que as travestis vão poder circular por esses espaços, não isentas, mas com menor intensidade dos olhares inquisitórios que teriam de dia, e é nesse sentido que as paradas são incisivas enquanto denúncia e ao mesmo tempo disputa política não só de travestis, mas como de todo o segmento LGBT.

Todas as entrevistadas participam das paradas do orgulho LGBT, e fazem boa avaliação delas, destacando o papel político dos eventos e sua contribuição para a visibilidade do segmento LGBT e suas lutas.

(...) a gente se diverte, ri, dança, mas a gente também tá ali lutando pelos direitos, um lugar na sociedade, como pessoa normal, porque a sociedade vê a gente como anormal, é o dia que a gente pode sair na rua sem que ninguém fale nada (...) é o dia que a gente se sente mais livre eu acho, é um dia de festa, mas de reivindicações também. (Isis – depoimento colhido em março de 2011)

(...) dependendo como acontece, ela é visibilidade positiva do movimento (...) o que a travesti precisa é de visibilidade. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

2.13 Organização Política

Da atuação e participação das entrevistadas em algum tipo de organização, grupo ou movimento social, destaca-se o protagonismo de Patrícia que refere participar do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais, do GT Estadual ONG-Aids.

É importante ressaltar que os fóruns são considerados espaços políticos de construção de direitos e de visibilidade desse segmento.

Hoje, como agente social e de direitos humanos, orgulha-se da conquista do primeiro ambulatório de saúde para travestis e transexuais do Brasil²⁷.

fomos pioneiros no nome social na saúde, internação em leitos femininos, porém isso não tem sido respeitado em todos os hospitais, mas está sendo trabalhado. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

Yara refere que participa de reuniões organizadas pela associação das travestis e de alguns encontros de travestis pelo Brasil e Ísis não participa.

Vale ressaltar o papel importante que o Gada e a Artts ocupam no município, conseguindo alcançar um grande número de travestis e transexuais.

O Gada é uma entidade filantrópica, fundada em 1993, cujas ações iniciais estavam voltadas ao universo da Aids e, com o passar dos anos, foi ampliando suas ações e atualmente tem como base de atuação a promoção da saúde integral e o combate às violações de direitos humanos de populações envolvidas em contextos de vulnerabilidade social, tais como pessoas vivendo com HIV/Aids/Hepatites, portadores de doenças crônicas, segmento LGBT, profissionais do sexo, criança e adolescente e usuários de drogas, entre outras.

A Artts foi fundada em 2005, com o objetivo de promover a cidadania LGBT, e combater o preconceito, a discriminação e os estigmas que envolvem esse segmento. Isso por meio de ações de *advocacy* e de visibilidade positiva, de educação, arte e cultura. A entidade tem ainda como linha de ação a promoção da saúde e assistência social para LGBT no Município de São José do Rio Preto.

2.14 Políticas Públicas

Enfrentar múltiplas vulnerabilidades, seja pessoais ou institucionais, faz parte do cotidiano desse segmento.

Dentre as vulnerabilidades pessoais, Ayres (1993) destaca a sexualidade subcompreendida, a construção e expressão de modelo não ortodoxo do

²⁷ Segundo ela, a cidade de São Paulo disputa esse *status*, mas garante que foi São José do Rio Preto a primeira cidade a inaugurar.

masculino feminino, violência e discriminação familiar, fragilidade no ingresso em diversos meios sociais (escola, trabalho, lazer), configuração de estereótipo de vulgaridade, e violência no imaginário coletivo.

A não apropriação do protagonismo numa atuação social e política também é característica, porém, esse fator vem mudando, ao longo do tempo, com mais participação de travestis compondo o cenário de lutas do movimento LGBT.

Em relação às vulnerabilidades institucionais, dentre várias, podem-se destacar o despreparo do profissional da rede pública de diversos setores, quanto à travestilidade e seus múltiplos fatores vivenciais, e a ausência de programas e ações que atendam a demandas específicas. Como exemplo, os serviços de saúde não respeitam o descanso das travestis profissionais do sexo na manhã, oferecendo muitas vezes consultas no âmbito da atenção primária apenas nesse período, o que evidencia que ora há uma política esvaziada de direitos ora esvaziada do social (AYRES, 1993).

Faltam políticas públicas efetivas voltadas ao atendimento desse segmento, no sentido de enfrentar essas vulnerabilidades²⁸.

2.15 Atendimento por ONGs

Todas referem ter sido atendidas por ONGs, participando de palestras socioeducativas sobre prevenção de DST-Aids, recebendo insumos, orientações sobre direitos sociais e avaliam muito bem o atendimento.

as ONGs são maravilhosas, fazem o que podem, tem um papel importante, orientam, tiram dúvidas, esclarecem. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

²⁸ Sobre essa discussão, verificar o item 1.6 Diversidade Sexual na Pauta das Políticas Públicas: Entre Reivindicações, Conquistas e Desafios.

Sempre fui militante, mesmo antes de trabalhar numa ONG e sempre fui atendida por ONG e avalio os atendimentos como excelentes. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

2.16 Saúde

Os serviços de saúde, em geral são bem avaliados pelas entrevistadas, e as três entrevistadas são ou já foram atendidas pelo ambulatório de travestis e transexuais.

Comparando os serviços de saúde com outras políticas setoriais, Yara expõe que:

Na parte da saúde, a gente é mais bem tratada. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

Para Patrícia, o ambulatório é uma conquista, mas ainda há deficiências, principalmente quando se refere às travestis que moram em chácaras afastadas, onde o acesso é dificultado.

São destacadas por elas as conquistas, como a internação em alas femininas e a utilização do nome social na maioria dos serviços de saúde.

2.17 Educação

No que tange à educação das travestis, a escola se apresenta como um espaço de muita dificuldade no trato da orientação sexual e de gênero, revelando falta de habilidade em lidar com a diversidade. Dessa vez, travestis vivenciam a intensificação da discriminação e da intolerância, o que ocasiona o abandono dos estudos e provoca, conseqüentemente, a marginalização.

A evasão escolar, a baixa escolaridade e o despreparo técnico e profissional estão muito presentes na vida das travestis. Vale destacar que a discriminação no mercado de trabalho também é relatada por travestis. São frequentes as queixas por não terem conseguido estudar e, conseqüentemente,

obter uma profissão que lhes garantisse a sobrevivência, tendo de recorrer à prostituição.

As entrevistadas apontam certo avanço, porém todas referiram ter sofrido preconceito nesse espaço.

sofria preconceito no começo, mas como sempre estudei na mesma escola, o relacionamento foi melhorando e ganhando mais respeito. (Ísis – depoimento colhido em março de 2011)

Para Patrícia, o acesso é fácil, o difícil é capacitar o serviço para receber as travestis.

a gente precisava de alguma coisa do Ministério da Educação que obrigasse o profissional fazer isso. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

Yara surpreende-se com a relação que tem na escola, com os demais colegas de sala, professores e funcionários, visto que várias amigas ainda reclamam da dificuldade sofrida no espaço escolar por conta do preconceito e da discriminação.

não acredito como posso me dar tão bem num local que poderia passar muita dor de cabeça (...) tem hora que esqueço que eu sou diferente, me acho uma pessoa normal, porque não ouço ninguém me chamar de “ele”, te apontar, dar risada, te tratar como se você fosse uma pessoa estranha, então você vive no meio de pessoas de todas as idades, que te acolhem bem assim. A gente não sabe o que se passa na cabeça de cada um, mas pelo menos eles demonstram um comportamento bom, te chamam “normal”, como ela, como seu nome social, conversam, pedem ajuda. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

2.18 Assistência Social e o Contato com o Profissional de Serviço Social

Ísis e Yara referem nunca terem sido atendidas pela Política de Assistência Social. Já Patrícia conta que, com a implantação do Centro de

Referência da Assistência Social (Cras), os serviços melhoraram muito, mas ainda não são o ideal. Segundo ela, há falhas na rede e é necessário “*capacitar o que já existe, não precisa criar nada, mas melhorar o que tem*” (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011).

Ísis nunca teve contato com um profissional de Serviço Social. Yara considera a experiência como “*boa*”, segundo ela, “*são pessoas que fazem tudo que elas podem*” (Yara – depoimento colhido em abril de 2011).

Já Patrícia não obteve êxito em sua experiência. No seu entendimento, falta capacitação desses profissionais no trato da diversidade sexual e, inclusive, sobre os próprios serviços socioassistenciais. Durante o acompanhamento de uma travesti pelo Cras, ela própria teve que esclarecer para a profissional o fluxo de atendimento da rede.

Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho aprofundar aspectos da profissão e da própria política de Assistência Social, alguns questionamentos se fazem necessários, desde o não atendimento de duas sujeitas da pesquisa até a insatisfação da terceira sobre os serviços prestados.

Diante disso, refletimos se os serviços dessa política chegam a essa população, uma vez que duas entrevistadas nunca foram atendidas e se, quando chegam, no caso da terceira que se mostra insatisfeita, se estão preparados para abarcar não só a diversidade sexual, mas de toda ordem.

Sabe-se que constituição cidadã dessas e de outros sujeitos passa pela política de assistência social e o profissional de serviço social, por ser referência nela, tem papel imprescindível.

O contexto de violência cotidiana marcante nos mais variados espaços de trabalho do assistente social, traz o desafio de acompanhar as mudanças na sociedade, no sentido de construir-fortalecer o projeto ético-político profissional na direção de uma sociabilidade mais justa e igualitária, onde direitos sociais sejam respeitados e que prevaleça o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população com a qual trabalha.

2.19 Segurança Pública

Esse serviço se apresenta como uma incógnita para as entrevistadas, que não é prestado de forma uniforme. Ísis nunca o procurou, mas tem receio de quando precisar.

às vezes é bom, mas às vezes ruim, depende dos policiais que vão atender. Para alguns policiais, as travestis são homens, e que, portanto, deveriam se comportar como homens. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

Para Patrícia, essa relação já foi mais conflituosa, e já criaram algumas estratégias para enfrentar essa questão, como utilizar a visibilidade durante uma parada do orgulho *gay* na cidade para abordar o assunto, realizar reuniões com batalhões da polícia, com o apoio da associação de travestis e transexuais e de ONGs. Isso fez com que as travestis “*perdessem o medo de chegar à polícia quando precisam*” (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011).

2.20 Projetos de Futuro

2.20.1 Projetos de Vida para daqui a Cinco, Dez Anos e como Encaram a Velhice

Ísis tem planos de encontrar um emprego digno e honesto, e que seja respeitada como travesti pelos colegas de trabalho. Pensa também na vida a dois e sonha com sua transformação e a aceitação da família “*eu quero ter a minha transformação e espero que a minha família me aceite*”.

Segundo ela, não procura pensar muito na velhice, mas quando pensa, se imagina:

(...) morando na minha casinha, sossegada, quietinha, com alguém do meu lado, a gente tem um pouco de vontade de ter alguém com a gente, mas acho que esse lado é o mais complicado, arrumar alguém que te aceite e te respeite. (Ísis – depoimento colhido em março de 2011).

Yara se recusa a fazer projetos de vida, porque “*nada dá certo, sou muito desiludida*”, mas, no entanto, sonha em ter uma vida melhor. Pretende fazer faculdade de letras, mas o fato de estudar atrapalha o trabalho como profissional do sexo. Ela também precisa viajar muito “*quando a praça está ruim*” (Yara – depoimento colhido em abril de 2011).

Sobre a velhice, Yara demonstra bastante preocupação e receio quanto à realidade da travesti, questionando se terá algum amigo ou familiar para ajudar nos cuidados, ou mesmo se chegará à velhice.

Passa às vezes a ideia, mas não é muito bom. Nossa velhice vai ser pior, a velhice não é boa pra ninguém, mas tudo é pior pra gente, em todos os sentidos (...) é muito difícil se formar, ter uma vida, uma casa, uma família, a realidade é essa, e é muito difícil mesmo ter travestis velhas, a maioria morre antes. (Yara – depoimento colhido em abril de 2011)

Patrícia, de forma veemente, relata que “*com certeza, pretendo terminar o curso e fazer pós na área*”. Pretende estabelecer contrato de união estável com seu marido. Deseja também realizar alguns projetos para travestis e transexuais no Município de Rio Preto. Em relação à velhice, Patrícia expõe:

Ai, a velhice assusta, principalmente porque eu tenho silicone industrial pelo corpo todo e a hora que isso começar cair, vai ser babado²⁹, mas eu pretendo correr atrás de informação, de fazer as coisas se tornarem viáveis para que eu possa corrigir as coisas no futuro. (Patrícia – depoimento colhido em abril de 2011)

A questão do envelhecimento para as travestis é emblemática, por se tratar de uma vida que se constrói em referenciais estéticos e que nos traz a reflexão de como isso vai se dar no envelhecer. Sabe-se que há uma referência de envelhecimento para heterossexuais, mas para travestis e o segmento LGBT não, muitos morreram de Aids, outros não conseguiram envelhecer por causa da violência. Portanto, se trata de uma visibilidade nova, somente agora temos

²⁹ Neste contexto, o termo significa um acontecimento ruim ou algo que vai ter más consequências.

referenciais de idosas e idosos LGBT, e isso nos faz pensar em políticas públicas para esse segmento com recorte geracional.

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo C. M., FRANÇA JR., Ivan, CALAZANZ, Gabriela J. 1993. **Aids, vulnerabilidade e prevenção**. Departamento de Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo, São Paulo. Mimeografado.

_____. Práticas educativas e prevenção de HIV/Aids: lições aprendidas e desafios atuais. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 6, n. 11, p. 11-24, Botucatu, ago. 2002. Disponível em: <www.interface.org.br/revista11/ensaio1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2010

BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Serviço social, ética e direitos humanos**. Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2004.

BEHRING, Elaine Rosseti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Edicions Belaterra, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARRARA, Sérgio. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo. *In*: POCAHY, Fernando (Org.) **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances, 2010.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética. **Coletânea de leis**. São Paulo: Cress 9ª região, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. *In*: **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 2, n. 3, dez 2005. ISSN – 1807-698X. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br>. Acesso em: 21 dez. 2010

DALLARI, Dalmo. **Direitos humanos, exclusão social e educação para o humanismo**. 2003. Disponível em: <www.dhnet.org.br>. Acesso em: 7 jan. 2011.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens**: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo, 2009.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente**: o movimento *gay* como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** – a vontade de saber. São Paulo: Graal, 1988, v. I.

FROEMMING, Cecília N. **O sujeito de direitos fora da heterossexualidade**: diversidade sexual e política de assistência social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2008.

FREUD, Sigmund. **Inibição, sintomas e angústia**. Rio de Janeiro: Imagino, 1998.

FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GAGNON, J. H. **Uma interpretação do desejo**: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Tradução de Lúcia Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Sociedade civil no Brasil** – conceito e sujeitos atuantes. Caderno ideação, políticas sociais para um novo mundo necessário e possível. 1º SEMINÁRIO BALANÇO E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CENÁRIO MUNDIAL ATUAL. Porto Alegre, 2002.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

IRINEU, Bruna A. **A política de previdência social e os direitos LGBT no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2009.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LOURO, Guacira. Lopes. Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas. *In*: POCAHY, Fernando (Org.) **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira. Pedagogias da sexualidade. *In*: _____ (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MACRAE, Edward. Em defesa do Gueto. *In*: GREEN, James N., TRINDADE, Ronaldo. **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: EdUnesp, 2005.

_____. **O militante homossexual no Brasil da “abertura”**. Tese (Doutorado em Antropologia)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **A pergunta pela identidade profissional do serviço social**: uma matriz de análise. Texto de apoio didático, 2009.

MARTINELLI, M. L., ON, M. L. R., MUCHAIL, S. T. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: _____ (Org.) **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru: Edusc, 2002.

MELLO, Luiz. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política *queer*. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de, SABATINE, Thiago Teixeira, MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.) **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

NARDI, Henrique Caetano. Educação, heterossexismo e homofobia. In: POCAHY, Fernando (Org.) **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010.

NETTO, J. P., CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PELÚCIO, Larissa. Corpos indóceis - a gramática erótica do sexo transnacional e as travestis que desafiam fronteiras. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de, SABATINE, Thiago Teixeira, MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.) **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PELÚCIO, Larissa. Plurais na singularidade – reflexões sobre travestilidades, desejo e reconhecimento. In: POCAHY, Fernando (Org.) **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids. São Carlos: UFSCar, 2007.

_____. **Três casamentos e algumas reflexões**: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 2006.

_____. Na noite nem todos os gatos são pardos - notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, v. 25, p. 217-248, Campinas, 2005.

PERES, Wilian Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. *In*: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de, SABATINE, Thiago Teixeira, MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.) **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

_____. Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs. *In*: GROSSI, Miriam Pillar et al. (Orgs.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê** – prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POCAHY, Fernando. Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do CRDH - Rompa o silêncio. *In*: _____. (Org.) **Rompendo silêncio**: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

_____. A pesquisa fora do armário: ensaio de uma heterotopia queer. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Psicologia da UFRGS, Rio Grande do Sul: 2006.

PRADO, Marco Aurélio, MACHADO, Frederico Viana. **Preconceitos contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortes, 2008.

RAICHELIS, Raquel Degenszajn. Processos de articulação na perspectiva socioterritorial. *In*: ARREGUI, Carola Carbajal et al. (Orgs.) **Metodologias do trabalho social**. São Paulo: IEE PUC-SP, 2008.

RIOS, Roger Raupp. Direitos humanos, direitos sexuais e homossexualidade. *In*: POCAHY, Fernando (Org.) **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. *In*:

POCAHY, F. (Org.) **Rompendo silêncio**: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

_____. **Para um direito democrático da sexualidade**. Coleção documentos website. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2005. Disponível em: <www.clam.org.br>. Acesso em: 28 dez. 2010.

SANTOS, Silvana M. M. O Cfess na defesa dos condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Iser, 1993.

SIMÕES, Júlio Assis. Uma trajetória do movimento LGBT no Brasil. *In*: POCAHY, Fernando (Org.) **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo**: corpo e prazer. Porto Alegre: Nuances, 2010.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TONET, Ivo. Educação e concepções de sociedade. **Revista Universidade e Sociedade**, v. 9, Brasília, 1999.

VINAGRE, Marlise, PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. Os direitos humanos e o projeto ético-político do Serviço Social. *In*: **Ética e direitos humanos**. CURSO DE CAPACITAÇÃO ÉTICA PARA AGENTES MULTIPLICADORES. 2. ed. Brasília: Cfess, 2007.

ANEXOS

TÓPICOS DA ENTREVISTA

Caracterização da sujeita

1. Faixa etária:
 de 15 a 20 de 20 a 25 de 25 a 30 de 30 a 35 de 35 a 40
de 40 a 45
2. Estado civil:
 solteira casada divorciada _____.
3. Cidade onde nasceu:
4. Escolaridade:
 fundamental médio superior pós-graduação
5. Profissão:
6. Renda mensal (em salários-mínimos):
 1-3 4-5 6-7 acima de 8
7. Situação da residência:
 própria alugada financiada cedida
8. Reside com quem?

Trajetória de vida – travestilidade

1. Como você se denomina? Você se denomina travesti?
2. O que é ser travesti-transsexual para vc?
3. Como se dá (ou se deu) a constituição da transformação do corpo? Enfrenta problemas nessa constituição? Quais?
4. Que tipo de experiências de trabalho teve? Possui alguma atividade paralela?
5. Relação com a rede social:

Família

Vizinhos

Amigos

Demais travestis

Relacionamentos afetivos no bairro

Colegas de trabalho

6. Como é sair de casa para o trabalho?
7. Colabora financeiramente com alguém? Companheiro, familiares, parentes, amigas?
8. Já foi ou é beneficiada por algum programa de transferência de renda?
9. Como enfrenta o preconceito e a discriminação?
10. Utilização do nome social.
11. A que tipo de lazer tem acesso?
12. Participa das paradas do orgulho LGBT? Qual o significado das mesmas para vc?
13. Participa de alguma organização, grupo ou movimento social?
14. Já teve ou tem envolvimento com alguma ONG, ou já foi abordada por alguma? Como foi a experiência?
15. Já foi atendida por algum profissional de Serviço Social? Como foi a experiência?
16. Políticas públicas: Como se dá o acesso à saúde, educação, assistência social, segurança?

Projetos de futuro

17. Tem projetos de vida para daqui a 5, 10 anos?
18. Pensa na velhice? De que forma?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu RG

abaixo assinado, estando devidamente esclarecido (a) sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa intitulada “Trajetórias de vidas, lutas e resistências de travestis como construção de sociabilidade”. Realizada pelo pesquisador Kleber Mascarenhas Navas, aluno do mestrado em Serviço Social realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a Dra. Maria Lúcia Martinelli, concordo em participar da pesquisa e divulgar a minha imagem tanto na coleta de dados, como no tratamento e divulgação da pesquisa textual e audiovisual.

São José do Rio Preto, de 2011.

Assinatura do Pesquisador:

Assinatura da entrevistada: